RELATÓRIO MENSAL
Agosto/2026

VOCÊ PAGA MAIS, ELES NÃO ENTREGAM MAIS



32

RELATÓRIOS ANALISADOS EM AGOSTO



RESUMO GERAL

Em agosto, as análises se concentraram na fatura da crise econômica nacional, com foco predominante em **Política e Economia Nacional** *(25 relatórios)* e desdobramento direto em **Soberania Nacional e Influência Externa** *(5 relatórios)*. O eixo central foi o empobrecimento de famílias e empresas produtivas, tratado a partir da moradia, do preço dos alimentos, da tarifa de energia e de uma inadimplência que saltou do CPF para o CNPJ.

O mês expôs também o acesso ao poder convertido em ativo econômico, dos vinte anos de negócios de Lulinha ao escândalo dos descontos no INSS, passando pela disputa de R$ 25 bilhões em torno da concessão da Enel em São Paulo, em que a regulação opera como instrumento político. A soberania é atingida pelo lado prático do risco contratual, com a disputa entre Estados Unidos e China alcançando empresas brasileiras e a ausência de política para minerais críticos mantendo o país na condição de vendedor de reserva bruta.

Segurança Pública, Crime Organizado e Agenda Ambiental *(2 relatórios)* tratou das duas faces da ausência do Estado: a fragmentação da autoridade pública como efeito do aparelhamento e da impunidade, e a infraestrutura hídrica abandonada convertida em insumo eleitoral. Ao fundo, a eleição de 2026 organiza todo o quadro, cobrando da alternância um plano de reparo verificável no lugar

DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS

25	POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL
2	SEGURANÇA PÚBLICA, CRIME ORGANIZADO E AGENDA AMBIENTAL
5	SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

a crise chegou à fatura.

SEGURANÇA PÚBLICA, CRIME ORGANIZADO E AGENDA AMBIENTAL

quando o Estado some, o custo aparece.

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

sem estratégia, sobra dependência.

32 RELATÓRIOS. 3 DIMENSÕES CRÍTICAS. UM RETRATO ESTRATÉGICO DO BRASIL DE HOJE.

O mês de agosto aprofunda a análise de uma crise econômica que deixou de corroer apenas a renda e passou a transferir patrimônio. Moradia cara, conta de supermercado que não bate com o índice oficial, tarifa de energia socializada e inadimplência que avança de famílias para empresas compõem o retrato de um empobrecimento programado, sustentado por juros altos e por um Estado que gasta sem ampliar a capacidade produtiva do país. Ao lado disso, o acesso ao poder emerge como mercadoria, dos negócios de Lulinha ao escândalo do INSS e à disputa bilionária pela concessão da Enel, revelando um Estado que protege quem está na fila privilegiada e cobra de quem ficou fora dela. O horizonte eleitoral fecha o ciclo, exigindo da alternância metas verificáveis no lugar da promessa.



POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL





01/Agosto	A crise da moradia não começou no aluguel
02/Agosto	O Brasil está se endividando para quê?
05/Agosto	O "Marcola" de Lula e um novo Bumlai?
05/Agosto	O vice dos pesadelos do PT
06/Agosto	A conta que você sempre paga
07/Agosto	O escândalo do INSS é a cara do PT
09/Agosto	Lulinha e o Estado: vinte anos da mesma pergunta
11/Agosto	Um estranho processo e R$ 25 bilhões na mesa
12/Agosto	Quem vigia os vigilantes?
13/Agosto	A conta do supermercado não é sensação
14/Agosto	Um caminho para o Brasil voltar a vencer
15/Agosto	Você paga mais, eles não entregam mais
17/Agosto	O Brasil vai vencer o atraso
19/Agosto	O que dizem os números
21/Agosto	Empobrecimento programado: primeiro o CPF, agora o CNPJ
22/Agosto	Quem vai ficar com a concessão de R$ 25 bilhões da Enel em São Paulo?
23/Agosto	Brasil, balcão de negócios
24/Agosto	Quem é protegido pelo Estado?
25/Agosto	As vantagens de entrar pela porta dos fundos
26/Agosto	O agro brasileiro está mudando de mãos
27/Agosto	As veias abertas deixadas por Lula
28/Agosto	Quando o negócio começa antes
29/Agosto	O Brasil está caro para todos
30/Agosto	O sucesso da degradação. Como o PT transformou a miséria em hegemonia
31/Agosto	A realidade do brasileiro estampada em duas sabatinas



A crise da moradia não começou no aluguel

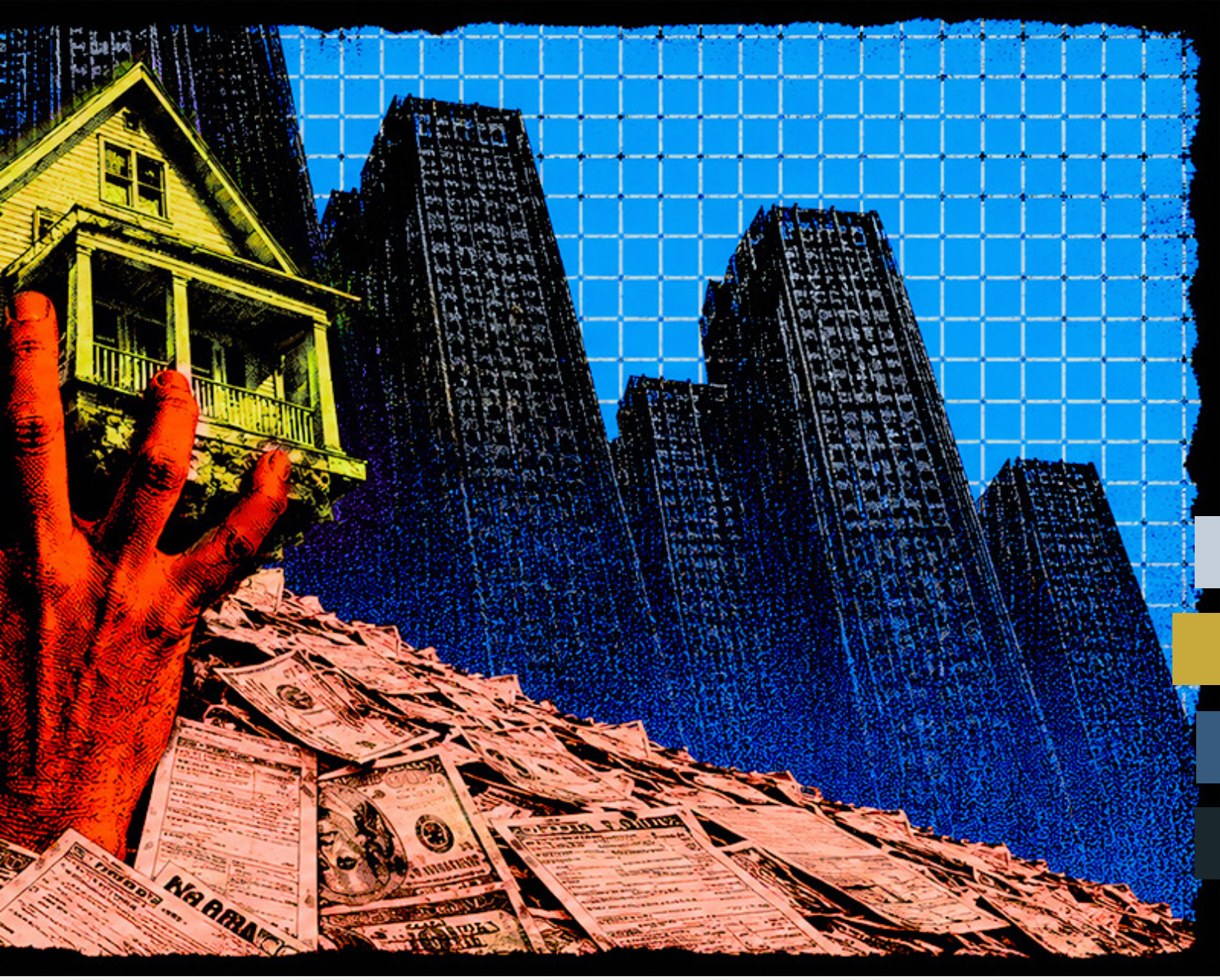
Nos Estados Unidos e em países da Europa, o controle do preço dos aluguéis voltou a ser discutido e está sendo implantado. Isso é mais grave do que parece. Segurar o aluguel pode ajudar quem já ocupa um imóvel, mas trata apenas o efeito. A causa continua intocada.

O verdadeiro problema é a perda do poder de compra da classe média. Junto com ela vieram a desindustrialização, a financeirização, o crédito difícil e os juros usados para transferir propriedade de quem trabalha para bancos, fundos, cartéis e monopólios. Sem recuperar a capacidade de produzir, investir e enriquecer, menos pessoas conseguirão comprar a própria casa. Não há controle de preço capaz de mudar isso.

É dessa insatisfação que surgem dois caminhos. Um defende reindustrialização, soberania econômica e fortalecimento da classe média para ampliar o acesso à propriedade. Esse caminho é difícil porque exige enfrentar interesses poderosos e mudar a direção da economia.

O outro prefere controlar o aluguel e tornar a população cada vez mais dependente de políticas permanentes, intervenção e planejamento tecnocrático. Aqui entram os modernistas: socialistas e, sim, liberais. Os socialistas oferecem a tutela do Estado. Os liberais aceitam a tutela de bancos, fundos e juros, desde que ela venha com o nome de mercado. Ambos evitam o problema que empobrece a população e afasta a classe média da propriedade.

Isso vai além da moradia. A história mostra que concentrações excessivas de poder econômico e cartéis podem preparar o terreno para regimes autoritários. Thurman Arnold responsabilizou os monopólios alemães por ajudar a criar a estrutura que levou Hitler ao poder. John Marshall Harlan advertiu, em 1911, para uma nova



forma de servidão, produzida quando poucos indivíduos e corporações controlam os negócios de um país em benefício próprio.

As leis antitruste surgiram para enfrentar esse risco. Nunca foram um ataque à empresa, ao lucro ou à propriedade, mas uma defesa da sociedade contra grupos econômicos poderosos o bastante para controlar mercados, governos e instituições.

O Brasil enfrenta exatamente esse momento. Poucos indivíduos e corporações concentram negócios, crédito e acesso ao poder, enquanto a população convive com moradia cara, financiamento difícil e uma juventude distante do sonho da casa própria. Produzir ficou mais difícil. Para quem circula entre bancos, grandes empresas, governo e órgãos de controle, as portas continuam abertas.

O quadro se torna mais perigoso quando cartéis financeiros e dinheiro do crime organizado encontram proteção política ou judicial. Esses poderes não precisam assinar um pacto; basta que se protejam e avancem sobre as mesmas instituições. Forma-se uma estrutura pronta para o autoritarismo, com propriedade concentrada, aplicação seletiva da lei e uma sociedade cada vez menos capaz de reagir.

Estamos vendo o início de um autoritarismo judiciário-rentista. Enquanto as causas estruturais não forem enfrentadas, continuaremos apenas administrando as consequências. O controle de aluguéis é mais um capítulo dessa administração. O que virá depois, se os cartéis bancários e a concentração de poder forem mantidos, será pior.

Por isso PT, PSOL, PCB e Novo acabam farinha do mesmo saco. Uns querem o brasileiro dependente do Estado. O outro aceita que ele dependa dos bancos. A diferença está em quem administra o empobrecimento programado. A estrutura que o produz permanece intocada. ■



O Brasil está se endividando para quê?

Em junho, a dívida federal cresceu, em média, R$ 7,9 bilhões por dia. No primeiro semestre, o aumento chegou a R$ 633,3 bilhões. É dinheiro demais para virar apenas mais uma notícia econômica. A pergunta é o que o país está ganhando com esse endividamento e para onde esse dinheiro está indo.

Ter dívida não significa que um país esteja fazendo algo errado. Governos podem tomar dinheiro para construir ferrovias, ampliar a geração de energia, modernizar portos, desenvolver tecnologia, fortalecer a defesa e dar escala à indústria. A geração seguinte recebe a conta, mas também recebe uma economia mais preparada para pagá-la.

No Brasil, é difícil enxergar o que ficou em troca. Dos R$ 633,3 bilhões acrescentados ao estoque no primeiro semestre, R$ 521 bilhões vieram da incorporação de juros. A maior parte do aumento não financiou estrada, usina, fábrica ou laboratório. Foi o custo de carregar uma dívida que já existia.

Esse custo aparece fora dos relatórios do Tesouro. O custo médio das novas emissões internas nos últimos doze meses chegou a 14,2% ao ano. Quase metade da dívida já está ligada a taxas flutuantes e fica mais cara rapidamente quando os juros sobem.

Para quem tem dinheiro para aplicar, os títulos públicos oferecem retorno elevado e risco baixo. Financiar uma empresa, uma obra ou uma linha de produção envolve mais incerteza. O banco compara as duas opções e cobra ainda mais caro de quem precisa de crédito para investir.

O problema aparece quando uma empresa procura dinheiro para reforçar o caixa ou ampliar a produção. Muitas vezes há demanda e espaço para crescer, mas o custo do financiamento faz o projeto ficar para depois.

Os juros altos acabam afastando parte do dinheiro da



produção. O governo oferece uma alternativa segura e muito bem remunerada, enquanto empresas disputam crédito em condições piores. Depois, Brasília anuncia programas de estímulo e procura novas formas de arrecadar, como se o problema fosse apenas falta de receita.

Aí entra a suposta briga entre Lula e a Faria Lima. Lula diz que enfrenta o mercado financeiro. O mercado diz que teme o governo. Ao mesmo tempo, bancos e fundos concentram mais da metade dos títulos públicos internos, e o Tesouro continua dependendo deles para financiar e renovar a dívida.

Ninguém precisa gostar de ninguém para essa relação funcionar. O governo encontra compradores para os títulos e adia uma revisão séria de suas prioridades. Bancos e fundos recebem uma remuneração alta com risco baixo. As críticas públicas continuam, mas o dinheiro segue o mesmo caminho.

Enquanto isso, as empresas pagam caro para investir e as famílias pagam caro pelo crédito. Quando as contas apertam, o governo procura mais receita no bolso de quem já trabalha, consome e paga imposto.

O debate costuma ficar preso entre gastar sem limite e cortar tudo. Mas a questão principal é outra: para onde está indo o dinheiro? Dívida usada para ampliar energia, logística, tecnologia, defesa e produção pode deixar o Brasil mais forte. Quando ela cresce principalmente pelos juros, sobra menos espaço justamente para esses investimentos.

Antes de criar outro imposto ou anunciar mais um programa, o governo deveria explicar como pretende reduzir esse custo e fazer com que uma parte maior do dinheiro volte a financiar a produção. Sem mudar as prioridades, o país continuará gastando para carregar a dívida quando mais precisa investir para crescer. ■



O “Marcola” de Lula e um novo Bumlai?

A sombra das investigações envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, já se aproximava perigosamente de Lula. Transferências de R$ 1,5 milhão, mensagens que citam o “filho do rapaz” e a intermediária Roberta Luchsinger formavam um quadro inquietante.

Na última semana, a dor de cabeça para Lula aumentou. A Polícia Federal solicitou ao STF autorização para 3 investigações sobre o filho do presidente. Mas talvez não seja isso que mais tira o sono de Lula. Agora a confusão ultrapassou os limites familiares e chegou ao interior do gabinete presidencial.

Roberta Luchsinger, amiga próxima de Lulinha e de sua esposa, não se limita ao papel de interlocutora social. A Polícia Federal identificou pagamentos milionários de empresas ligadas ao Careca para sua consultoria. Ela admitiu ter apresentado o lobista ao filho do presidente e, agora, aparece a informação de que ela realizou dezenas de visitas a órgãos do governo — Planalto, ministérios e BNDES — fora da agenda oficial. Essas reuniões, embora o governo afirme que não geraram contratos, levantam questões legítimas sobre o acesso privilegiado de que desfrutava. E, mais uma vez, o padrão da falta de transparência se repete, assim como a reunião secreta de Lula com o banqueiro Daniel Vorcaro. Se não há nada de errado, para que esconder?

O capítulo mais recente das relações de Roberta com



o poder é o mais perigoso para Luiz Inácio. A empresária transferiu recursos a Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola. Ele ocupava o cargo de chefe do Gabinete Pessoal da Presidência, função que lhe conferia controle sobre a agenda e o acesso ao presidente. Em julho, Marcola foi exonerado. A versão oficial aponta a necessidade de integrá-lo à campanha de reeleição. Fontes da imprensa, no entanto, indicam que a saída ocorreu após a descoberta dos pagamentos recebidos de Roberta. Em nota, ele classificou a operação como “empréstimo pessoal já quitado”, sem divulgar valores ou documentos comprobatórios.

Nesse cenário, um paralelo com o passado torna-se inevitável. José Carlos Bumlai, o pecuarista íntimo de Lula, desfrutava de passe livre no Planalto. Em 2008, seu acesso era tão irrestrito que uma orientação na portaria exigia atendimento prioritário ao amigo "em qualquer tempo e circunstância". Anos depois, Bumlai tornou-se peça-chave em esquemas revelados pela Operação Lava Jato, alavancado justamente por essa simbiose com a máquina pública.

Bumlai tornou-se peça central nas investigações da Lava Jato, envolvido em empréstimos, intermediações e negócios que exploravam a proximidade com o poder. O padrão é conhecido: amizade próxima, acesso excepcional e circulação de recursos em redes de confiança.

Agora, Roberta Luchsinger repete o padrão: intimidade com o círculo familiar do presidente, trânsito livre em repartições públicas sem registros formais e dinheiro circulando entre alvos de investigação e o entorno imediato do chefe do Executivo. Se Marcola controlava a porta do gabinete, Roberta parecia ter a própria chave.

O assessor de maior confiança do presidente é afastado de uma hora para outra e a confusão chega ao centro do poder. Fica difícil não enxergar o paralelo. Roberta Luchsinger parece ocupar, neste momento, o lugar que um dia foi de Bumlai. Resta saber até onde essa rede ainda vai. ■



O vice dos pesadelos do PT

Na política, toda crise de imagem tem camadas. Primeiro vem o desgaste das críticas pontuais. Depois, o desgaste da gestão. Por último, o pior de todos: o desgaste de proximidade — aquele momento em que o problema cruza a porta dos gabinetes e atinge o núcleo mais íntimo do poder.

Para o Palácio do Planalto e a cúpula do PT, essa linha divisória foi definitivamente atravessada.

Por meses, a estratégia de contenção tentou isolar os incômodos provocados pelas investigações sobre Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Trata-se de um cerco jurídico e político que ganhou corpo com a autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para múltiplos inquéritos conduzidos pela Polícia Federal. As apurações não são superficiais: miram a suposta intermediação em contratos de tecnologia junto à Dataprev, favorecimentos em negociações com o Ministério da Saúde no mercado de cannabis medicinal e supostas pontes com empresários e lobistas investigados. Tudo era tratado publicamente como "assunto de terceiros", distante da caneta presidencial, enquanto a tropa de choque governista agia articulada para barrar a convocação do filho de Lula na comissão parlamentar.

Essa narrativa de proteção perdeu o sentido.

O nó apertou com a exposição da rotina da empresária Roberta Luchsinger. Suas dezenas de agendas e proximidade com Lulinha e figuras chaves apontadas nos desvios previdenciários já geravam um ambiente de desconfiança. O quadro tomou feição de pânico quando se confirmaram transferências financeiras de Roberta para Marco Aurélio Santana Ribeiro, o **Marcola**, ex-chefe do Gabinete Pessoal de Lula e homem da mais estrita confiança do presidente. Não se trata mais de uma suspeita periférica: o dinheiro circulou na assessoria direta de quem despachava a poucos metros do presidente.



Se o ambiente nos bastidores já era de apreensão com as oscilações nas pesquisas, o anúncio do candidato a vice de Flávio Bolsonaro é um golpe de misericórdia na tranquilidade do Planalto.

Ao escolher **Alfredo Gaspar**, Flávio não fez uma escolha trivial de composição regional. Promotor de Justiça por mais de duas décadas e relator da CPMI do INSS, Gaspar construiu sua imagem pública recente justamente ao escancarar os esquemas que atingiram aposentados e pensionistas. Mais do que isso: foi dele a assinatura no relatório que pediu formalmente o indiciamento de figuras centrais do caso e a prisão de Lulinha.

Gaspar não precisará redigir um script novo para o horário eleitoral; seu acervo de acusação está inteiramente pronto, documentado e chancelado por meses de depoimentos na comissão parlamentar.

O que tira o sono governista não é apenas a existência das apurações ou a força dos depoimentos colhidos, mas o palco em que tudo isso será exposto. Ao colocar no mesmo palanque o articulador de uma apuração implacável e o acervo de denúncias que atingem o coração do governo, a oposição garante que o debate não fique restrito às notas oficiais de esclarecimento, às passadas de pano da imprensa, nem aos bastidores de Brasília.

Toda vez que a luz da câmera acender, o PT terá de responder não apenas pela agenda do país, mas pela rota das transferências, pela intimidade com algumas figuras com trânsito livre dentro do governo e pelo esforço desmedido para proteger seus aliados.

A campanha ainda nem começou, mas a certeza é que o PT tem muita coisa a explicar.

A escolha de Gaspar deve estar tirando o sono de muita gente. ■



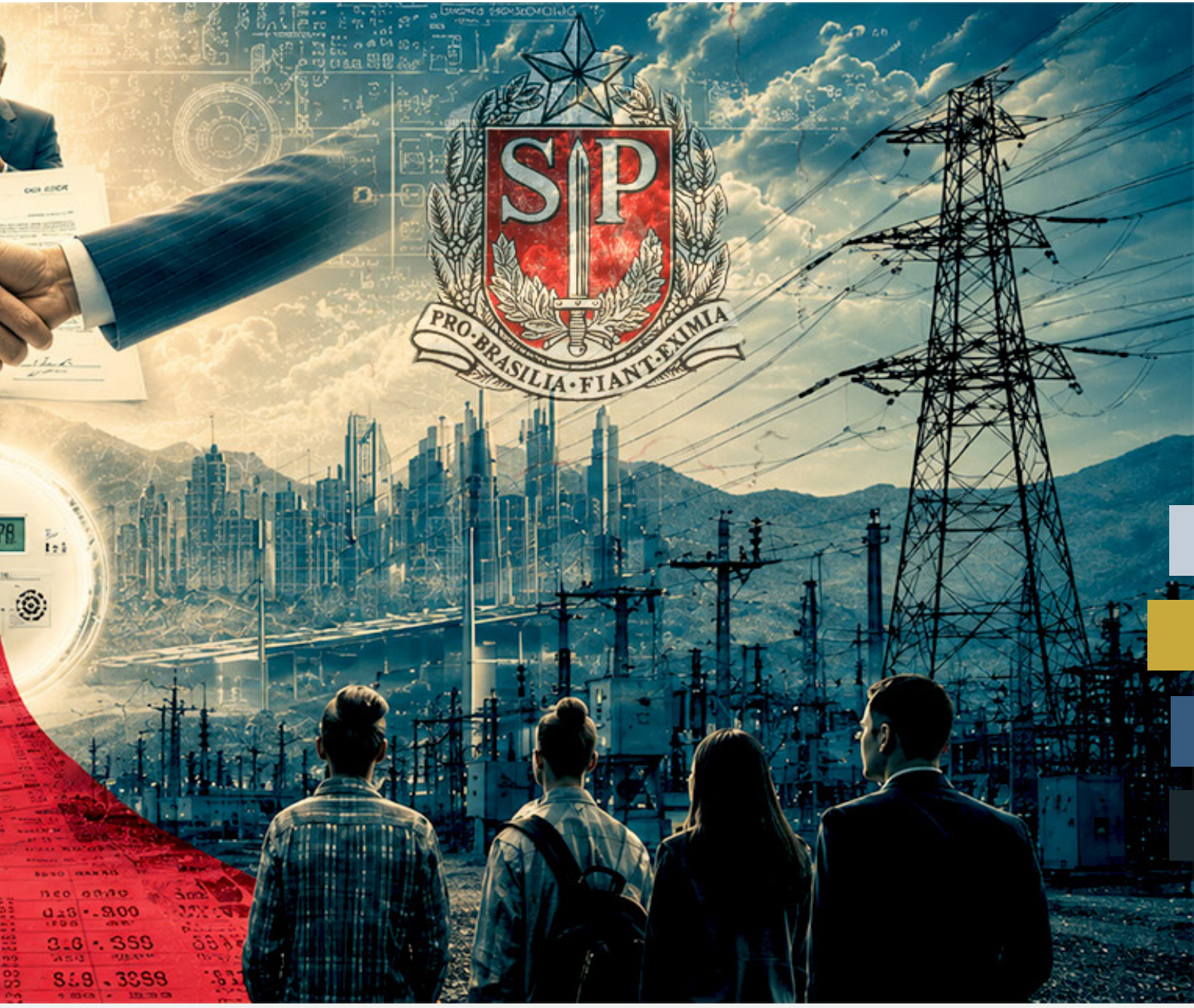
A conta que você sempre paga

O processo de caducidade da Enel São Paulo — com a Aneel descartando perícias e acelerando a tramitação — não nasceu do último apagão nem da indignação legítima do consumidor. É a repetição de um roteiro que o setor elétrico brasileiro já ensaiou — e cobrou — em Goiás e no Amazonas. Interesses econômicos e políticos se encontram, a narrativa da "qualidade do serviço" serve de pano de fundo e, no final, a tarifa sobe. Sempre.

Em Goiás, o enredo foi idêntico. Pressão política ostensiva, ameaça de caducidade, e a concessionária italiana vendeu a operação para a Equatorial em 2022. A saída foi celebrada como vitória. Anos depois, o reajuste tarifário de 2025 chegou perto de 19% para o consumidor residencial — quatro vezes a inflação do período. A troca de controle não barateou a luz. Apenas transferiu o ativo e manteve o bolso do cidadão como garantia.

No Amazonas, o mecanismo ficou ainda mais explícito. A concessionária naufragava financeiramente e a Aneel recomendou a caducidade. Em vez de enfrentar a extinção do contrato e a incerteza jurídica, surgiu a saída negociada. A Medida Provisória nº 1.232/2024 abriu o caminho formal para a transferência de controle. Flexibilizações de perdas, custos operacionais e parâmetros regulatórios foram concedidos por 15 anos. O custo desse pacote — estimado entre R$ 14 bilhões e R$ 15,8 bilhões — foi repassado aos consumidores de todo o país via Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo pago na conta de luz de quem mora em São Paulo, no Rio ou em qualquer estado. A nova empresa assumiu o controle, embalada por um cheque em branco tarifário diluído na fatura de milhões de brasileiros.

Agora, o mesmo roteiro desembarca em São Paulo. O Diretor-Geral da Aneel sinaliza publicamente contra



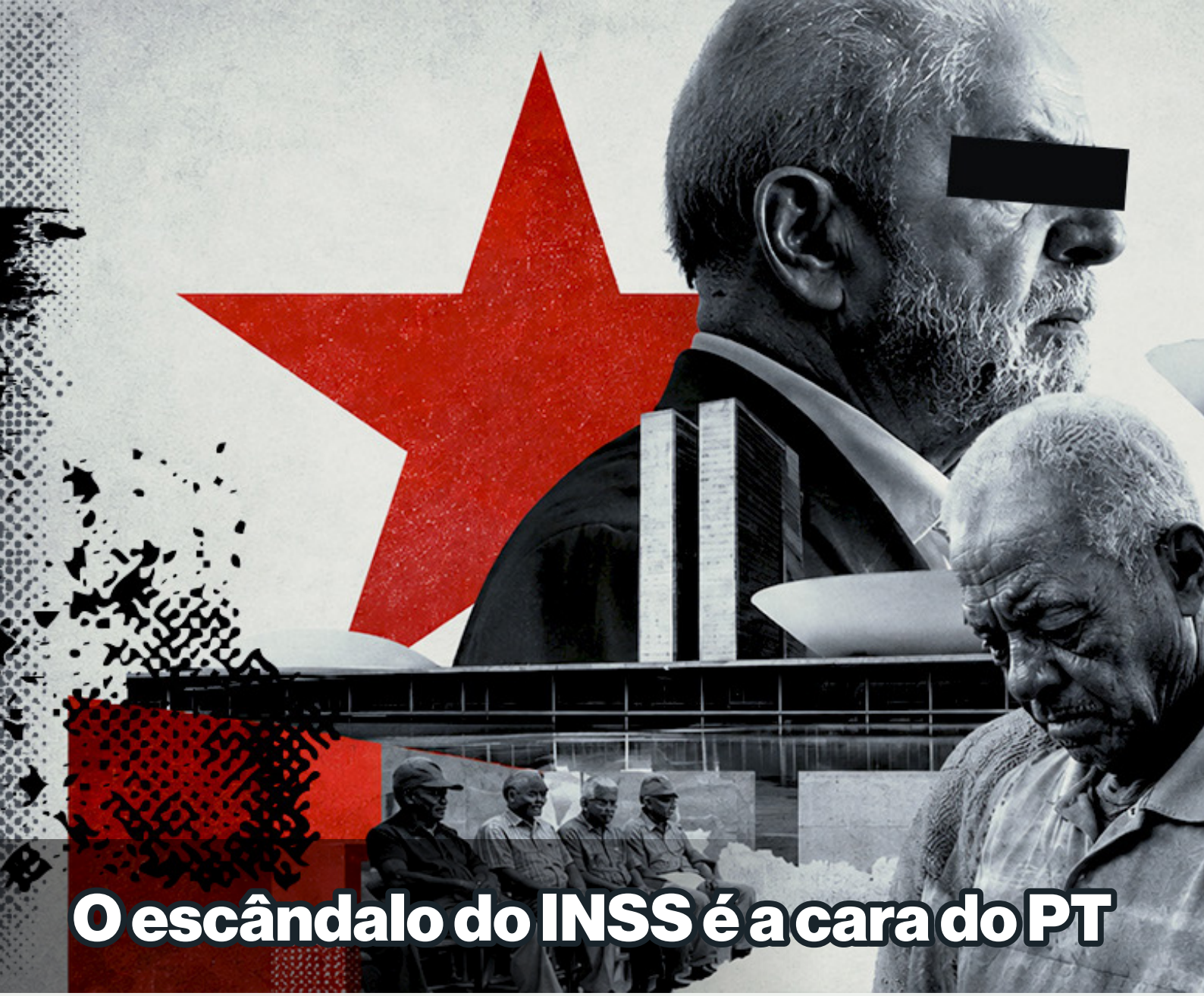
a concessionária. O Ministro de Minas e Energia renovou 13 concessões em uma canetada, mas represou o contrato da capital paulista. Governador e prefeito cobram celeridade. Do outro lado do balcão, gigantes como Equatorial, Neoenergia e CPFL já analisam o ativo. O mercado trata o caso como "causa perdida" para a Enel, cujo contrato vence em 2028.

A pressão política e regulatória cria o ambiente perfeito para uma transferência de controle “negociada”. A caducidade pura e simples é complexa, judicialmente custosa e operacionalmente arriscada. A venda sob coerção é mais elegante — e infinitamente mais rentável para quem entra.

A qualidade do serviço em São Paulo tem problemas reais, e eventos climáticos extremos não explicam tudo. Mas o ponto central é outro: o processo não é técnico-neutro, é político-econômico. A solução para o "mau serviço" vira reestruturação de capital com custos socializados. O consumidor deixa de ser o beneficiário e vira o fiador da transição. Em Goiás, a tarifa subiu na ponta. No Amazonas, o socorro foi faturado para o Brasil inteiro. Em São Paulo, se o roteiro se repetir, a conta da transição bilionária já tem endereço certo.

A MP 1.232 não inventou a roda, apenas institucionalizou o modelo. O precedente está posto e o consumidor, mais uma vez, é o ajuste de sobra na planilha.

Enquanto o debate público se diverte com o vilão do momento, a engenharia de interesses segue seu curso. A pergunta que importa não é apenas “quem sai”, mas “quem entra”, sob quais benesses regulatórias — e, sobretudo, quem paga a conta. ■



O escândalo do INSS é a cara do PT

A Polícia Federal deflagrou uma nova fase da Operação Sem Desconto, sobre o escândalo do INSS, com 18 mandados de busca no Distrito Federal e no Maranhão para apurar lavagem de dinheiro. Entre os alvos estão parentes do senador Weverton Rocha (PDT-MA), vice-líder do governo Lula no Senado - pouco tempo depois do antigo líder do governo, Jaques Wagner, também ser alvo da polícia.

O montante estimado é de R$ 6,3 bilhões, retirados em parcelas mensais de aposentadorias e pensões por filiações que ninguém autorizou. A PF já indiciou 48 pessoas, entre elas o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, que segundo os investigadores recebia até R$ 250 mil por mês. As vítimas preferenciais foram justamente os idosos de baixa renda, para quem o desconto era pequeno o suficiente para não ser notado.

Mais uma vez o governo que se apresenta (agora e historicamente) como fiador dos pobres contruiu, dentro de sua própria autarquia, uma receita paga pelos mais vulneráveis do país.

O que agrava o episódio não é o volume, mas o local. O chefe de gabinete de Lula, Marcola - apelido de Marco Aurélio Santana Ribeiro -, é investigado por receber pagamentos de uma lobista investigada no caso e foi dispensado em 21 de julho. O filho do presidente responde a três inquéritos por tráfico de influência, abertos a partir do material apreendido com o Careca do INSS. O Sindnapi, cujo vice-presidente é seu irmão, descontou R$ 599,5 milhões em dez anos, 56% deles no atual mandato, e omitiu ao INSS o parentesco do dirigente com o chefe do Executivo. Todas essas coincidências se acumulam na porta do gabinete de Lula.



O ex-chefe de gabinete diz que se tratava de empréstimo pessoal já quitado, enquanto a lobista alega representação institucional regular. A defesa do filho do presidente fala em uso político-eleitoral das investigações. Todos esses julgamentos vão rolar em seu tempo, enquanto o governo do julgamento político, que é outra jurisdição, opera com outro padrão de prova. A CPMI encerrou os trabalhos sem votar relatório algum, mesmo depois de meses - ali a blindagem do governo funcionou.

Em 2005, o mensalão levou à condenação, pelo Supremo, do chefe da Casa Civil de Lula, do presidente do PT e de seu tesoureiro. Lula não foi réu e se disse traído e magoado. Em 2014, a Lava Jato alcançou a Petrobras e ele próprio, com condenações depois anuladas por incompetência do juízo, sem que o mérito voltasse a ser examinado. Em 2026, é o INSS. O entorno se repete, sempre os mesmos, e sempre pelos mesmos motivos. Ser traído por seus escolhidos três vezes em vinte anos deixa de ser infortúnio e passa a ser critério de seleção.

Mas há uma diferença importante desta vez: o mensalão foi desvio do orçamento publicitário, e a Lava Jato sangrou uma estatal. Agora a fonte foi o contracheque de quem recebe um salário mínimo por mês e não tinha como perceber a subtração. Como um "trickle down" inverso, a roubalheira já passou pelos setores mais abastados e agora vem se locupletar de quem menos tem: dos aposentados, pensionistas e daqueles que colocaram sua fé no futuro de um país nas mãos da esquerda. Essas são as verdadeiras vítimas de perseguição no Brasil do PT. ■



Lulinha e o Estado: vinte anos da mesma pergunta

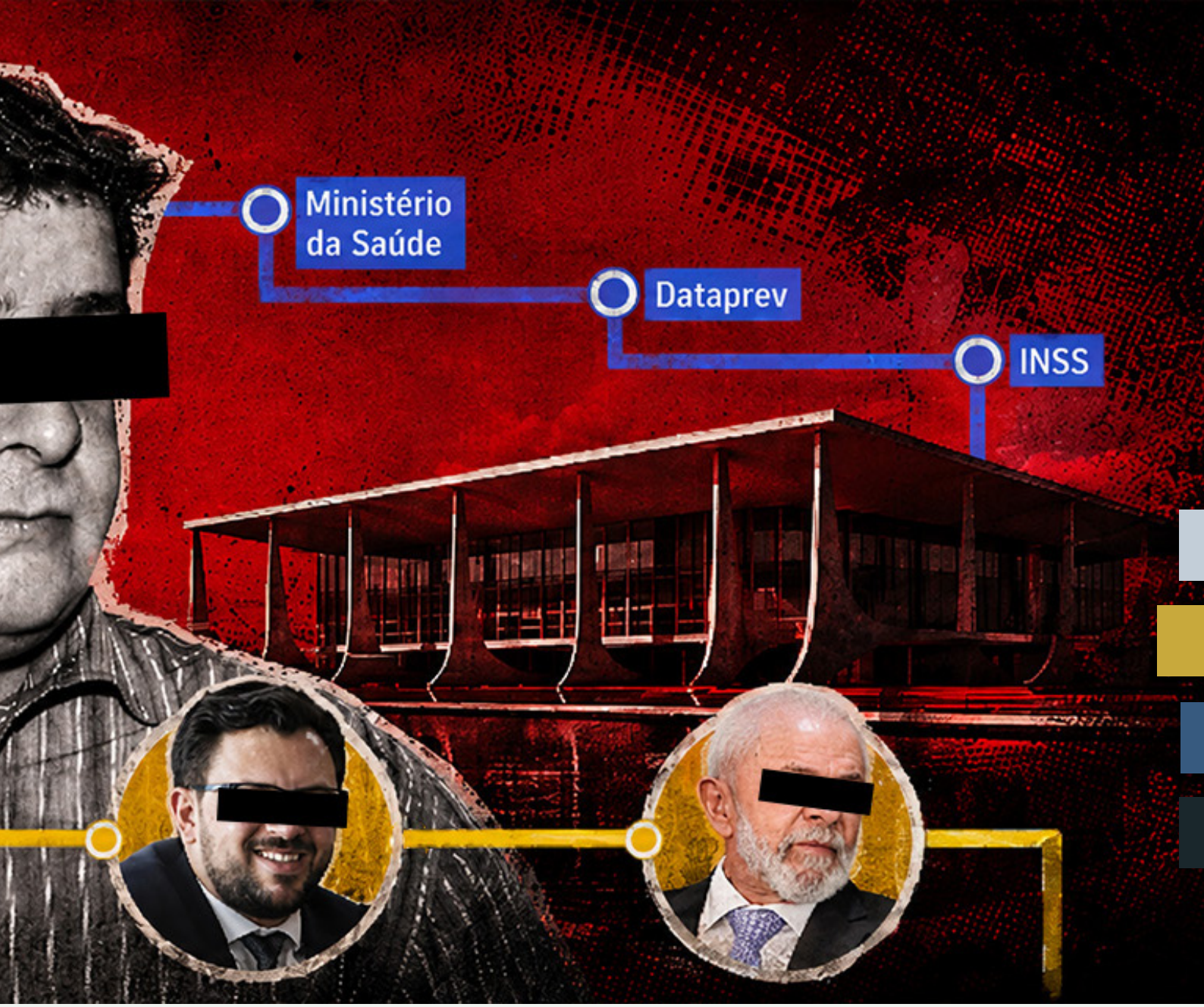
Há vinte anos, quando surgiram as primeiras perguntas sobre a ascensão empresarial do filho, Lula respondeu que nem todo pai tinha um “Ronaldinho” em casa. Era uma tentativa de explicar tudo pelo talento individual de Fábio Luís Lula da Silva. Desde 2005, porém, seus negócios e relações reaparecem próximos de concessionárias, órgãos federais, contratos públicos e pessoas com acesso ao governo do pai.

O primeiro grande episódio foi a Gamecorp. Em 2005, a Telemar, atual Oi, investiu R$ 5 milhões na empresa da qual Lulinha era sócio: parte na compra de 35% da produtora e parte num contrato de exclusividade de conteúdo. A Telemar não era uma investidora qualquer. Era concessionária de telecomunicações, submetida à regulação federal, e integrava uma estrutura societária com participação do BNDES e de fundos de pensão.

Mais tarde, um laudo da Polícia Federal apontou que a Gamecorp havia recebido R$ 103 milhões de seus financiadores, sendo R$ 82 milhões provenientes de empresas da Oi e da Telemar. A companhia afirmou que os valores correspondiam à produção de conteúdo e a direitos de transmissão. O dado político permaneceu: a principal fonte de recursos da empresa do filho de Lula era um grupo cujo negócio dependia de concessões, regulação e decisões do poder público federal.

Agora, Lulinha é alvo de três inquéritos da Polícia Federal autorizados pelo STF. Um apura suspeitas de corrupção e tráfico de influência em uma negociação de cannabis medicinal relacionada ao Ministério da Saúde. Outro investiga possível atuação junto à Dataprev para beneficiar um empresário interessado em contratos públicos. O terceiro envolve suspeita de tráfico de influência relacionada a empresas parceiras do filho do presidente.

Entre os personagens dessa nova fase está Antônio Car-



los Camilo Antunes, o Careca do INSS. A própria defesa de Lulinha informou ao STF que Antunes pagou passagens e hospedagem para uma viagem dele a Portugal, em novembro de 2024, destinada à apresentação de um projeto de medicamentos à base de canabidiol.

Roberta Luchsinger, amiga de Lulinha e investigada por suas relações com o Careca do INSS, afirmou à Polícia Federal que apresentou os dois. Ela também manteve uma relação financeira com Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, homem de confiança de Lula e chefe do gabinete pessoal da Presidência até julho. Marcola confirmou ter recebido dela R$ 249 mil, que classifica como empréstimo já quitado. Saiu do gabinete para integrar a campanha de reeleição de Lula e deixou a equipe depois que o caso veio a público.

O valor, por si só, não é a única questão. O problema político está na circulação das mesmas pessoas entre o filho do presidente, um personagem investigado no escândalo do INSS e alguém instalado no núcleo cotidiano do Palácio do Planalto. A mulher que aproximou Lulinha do Careca do INSS também mantinha uma relação financeira com o chefe do gabinete pessoal de Lula.

Os episódios pertencem a momentos diferentes, mas a questão política é a mesma. No primeiro governo Lula, a controvérsia envolvia a empresa de seu filho e uma concessionária regulada pela União. No atual, envolve Ministério da Saúde, Dataprev, um empresário investigado no caso do INSS, uma interlocutora próxima a Lulinha e o antigo chefe do gabinete pessoal da Presidência.

Lula diz que não protegerá o filho. Mas isso responde ao problema? Como pessoas próximas a Lulinha chegaram tão perto de órgãos centrais do governo? Quem abriu essas portas? Quais interesses foram apresentados e quais providências foram tomadas dentro do Estado? ■



Um estranho processo e R$ 25 bilhões na mesa

Hoje a ANEEL analisa o recurso da Enel São Paulo no processo de caducidade aberto em dezembro de 2025 depois dos temporais que afetaram a maior capital do Brasil. Enquanto os diretores da agência se reúnem em Brasília, as grandes gestoras e fundos da Faria Lima não tiram os olhos do setor elétrico e da oportunidade bilionária que pode surgir desse processo. O prêmio em jogo passa de R$25 bilhões — e todo mundo no mercado já fez as contas.

Mas algumas declarações e movimentos jogam dúvidas sobre o processo.

Em abril deste ano o governo renovou 13 concessões de distribuição de energia. Um número com apelo político difícil de ignorar. Só que a maior de todas, responsável pelo maior mercado consumidor do país, ficou de fora da lista. Exatamente a de São Paulo. Convenientemente de fora. A concessionária que atende milhões de paulistas, foi deixada de lado enquanto as outras caminharam tranquilamente para a renovação.

Na mesma época, a própria diretoria da ANEEL comemorava abertamente o engajamento e o esforço conjunto para finalmente abrir o processo de caducidade contra a concessionária. Agora, a agência deu mais um passo, no mínimo, estranho: descartou a perícia independente pedida pela empresa. Laudos meteorológicos e operacionais para mensurar o real impacto dos eventos climáticos extremos que marcaram os apagões de dezembro? “Não precisa”, respondeu a reguladora. A



instrução já está pronta e o processo pode ir a voto.

Desde quando se descarta perícia técnica num processo de bilhões de reais se não for para acelerar uma cassação de contrato?

Não se trata de qualidade do serviço. Todas as distribuidoras enfrentam problemas estruturais, históricos e climáticos, e qualquer uma que assumisse a concessão teria os mesmos desafios. A menos que a agência fosse benevolente com a nova concessionária, mas mudar a regra no meio do jogo não parece ser o correto e jogaria uma nuvem de dúvidas sobre o processo. Não seria surpresa: foi exatamente o que aconteceu em um passado não muito distante. Em Goiás, o roteiro foi praticamente idêntico: abriram o processo de caducidade, forçaram a venda tirando a concessionária sob o discurso bonito da "modernização", entregaram o contrato para outro grupo, aliviaram a régua técnica... e, em 2025, a conta de luz do cidadão comum subiu quase 20%. O serviço não virou o exemplo prometido. O bolso do consumidor, sim, sentiu o peso.

O mercado já está de olho comprido esperando mais uma oportunidade como a de Goiás. Trocar a concessionária na marra abre espaço para a montagem de um novo consórcio, reestruturação financeira pesada, emissão de papéis e a captura de uma receita bilionária garantida pelas próximas décadas. Um filé de mais de R$25 bilhões colocado na mesa de negociações, pronto para mudar de dono e gerar dividendos generosos.

A pergunta que fica é simples e incômoda: a análise da ANEEL é mesmo uma deliberação técnica e isenta ou um jogo de cartas marcadas para entregar um resultado encomendado? Se a agência reguladora e o governo aparelham o rito regulatório, ignoram a perícia e transferem esse ativo gigantesco para atender interesses políticos e econômicos específicos, o mercado recalcula a margem, os novos operadores garantem seus lucros — e a conta desse arranjo, como quase sempre acontece, vai direto para o bolso do consumidor. Se for esse o objetivo, mais uma vez fica claro que o que menos importa é a qualidade do serviço. ■



Quem vigia os vigilantes?

Arbitrariedades, suspensão de direitos e decisões sem precedentes na história nacional parecem fazer parte do cotidiano dos brasileiros. A instabilidade assusta, mas não surpreende, gera receio e angústia, mas parece regra do jogo.

A verdade é que o Brasil vive hoje uma crise institucional sem precedentes em sua história, em que se chega ao ponto de ser difícil entender quem manda no que ou em quem. Hoje, o cidadão comum assiste, impotente, ao desmoronamento da ordem política nacional. Já não se sabe onde terminam as prerrogativas de uma corte e onde começam as funções do parlamento. Quem deve suspender as leis, criá-las, quem deve fiscalizar, vigiar, sancionar e punir membros de determinadas instituições e grupos. Vive-se sob uma forma de anarquia muito interessante: recobra-se respeito às instituições, mas o funcionamento dessas instituições é incompreensível, o que desgasta a legitimidade de várias ordens e decisões, fazendo parecer que o funcionamento regular das instituições pode ser uma injustiça.

Essas fraturas não são obra do acaso, mas o desfecho de um longo e metódico processo de tentativa de neutralizar a política nacional, encabeçado por dois projetos de poder que aparentavam ser rivais, mas que convergiam nesse mesmo objetivo: a estratégia das tesouras. O tucanato esvaziou a tensão política genuína posicionando-se como única oposição possível ao PT, quando na verdade entregava a administração do Estado a tecnocratas subservientes a agendas e burocracias internacionais. Enquanto isso, o petismo aparelhou esta estrutura institucional tecnocrática para implantar um projeto totalitário de aparelhamento estatal. O PT con-



verteu as instituições em uma extensão do seu projeto de poder, em braços do partido, para aniquilar qualquer oposição verdadeira. Juntos, reduziram o debate público a um teatro, baniram o povo da sua condição de grandeza política e as instituições perderam totalmente sua conexão com a vida nacional, chegando a transformar o cidadão em um hospedeiro, um mero pagador de impostos sem voz.

Com a política criminalizada e o Poder Legislativo reduzido a um balcão fisiológico de negócios — em que deputados e senadores podem trocar o seu dever de fiscalização por favores de curto prazo —, os poderes burocráticos da república rapidamente tomaram o lugar dos poderes políticos que tinham legitimidade. Instaurou-se um verdadeiro estado de exceção quotidiano. Sem contrapesos ou limites institucionais, observam-se burocratas não eleitos com poderes que causariam inveja em qualquer monarca absolutista.

O sintoma mais agudo e alarmante deste decisionismo ocorreu quando um ministro determinou, de forma monocrática, mandados de busca e apreensão contra a fonte de um jornalista. O motivo real dessa perseguição foi o vazamento de informações sobre o uso irregular de carros oficiais de um segundo ministro e seus familiares. A Polícia Federal não foi acionada para proteger a sociedade, colocando em xeque o sigilo da fonte — um pilar da liberdade de imprensa.

Mas quem decide o que fere ou não a liberdade de imprensa, e quais órgãos ou instituições podem sancionar quem fere essa liberdade?

Será que novamente é preciso recorrer à sátira para que as elites expliquem sua dinâmica particular, como fez Juvenal que viveu entre o final do século I e início do século II d.C., famoso por suas Sátiras, ao perguntar "*Quis custodiet ipsos custodes"?* Quem vigia os vigilantes? ■



A conta do supermercado não é sensação

Neste momento, nos mercados de todo o país, milhões de brasileiros fazem, de cabeça, diversas contas de subtração. Tiram a carne e levam o ovo, devolvem o queijo para a prateleira, escolhem entre o café do adulto e o achocolatado da criança porque os dois não cabem na conta. Longe do índice do governo e da manchete da televisão, eles formam o retrato mais honesto da economia brasileira.

O IBGE divulgou o IPCA de julho com alta de 0,07% no mês e 4,44% em doze meses. No mesmo dia, a comentarista Miriam Leitão explicou que os números "nem sempre coincidem com a sensação do povo", colocando na conta do cidadão o incômodo e a tristeza de se levar cada vez menos pagando cada vez mais. O argumento dos técnicos é que a inflação mede a variação dos preços, não o patamar em que eles ficaram. O problema que sobra dessa explicação para quem desliga a televisão e vai encarar a fila do caixa é que a ideia de que o aperto está na cabeça do freguês.

De acordo com o Dieese, a cesta básica subiu em 17 das 27 capitais em junho e chegou a R$ 965,47 em São Paulo. Para cobrir tudo o que a Constituição atribui ao salário mínimo, uma família de quatro pessoas precisaria de R$ 8.110,92 por mês. E o poder de compra que ainda resta, a dívida termina de eliminar. 82% das famílias brasileiras, 8 em cada 10, estão endividadas e com 29,5% do orçamento comprometido. A Selic está em 14% ao ano, e quem parcela o mercado no cartão paga muito mais.

É essa combinação que produz o desânimo que se sente em todos os setores da sociedade. Mais do que revolta, é cansaço de quem já cortou tudo o que havia para cortar. A conta, para fechar no orçamen-



to do governo, deixou de fechar na casa das pessoas. O governo prefere discutir a variação do mês, culpar o clima, culpar o dólar, culpar o produtor, mas se recusa a mexer no que encarece a comida de forma permanente: o peso dos tributos, o custo do frete e uma política de juros que faz o trabalhador pagar a fatura de uma dívida pública fora de controle.

Apesar de todos esses fatos que, a olho nu, se mostram um absurdo, a imprensa continua noticiando que a leitura predominante entre gestores, bancos e corretoras já é a de um quarto mandato de Lula, com parte do mercado falando em esperar 2030 para ver mudança na economia. A candidatura de Flávio Bolsonaro ainda é tratada com desconfiança, mesmo mostrando uma resiliência monumental como o único capaz de canalizar, não só o descontentamento do povo, mas a vontade de arrumar as contas do Estado - coisa que Lula já sinalizou não ter interesse em fazer.

Quem administra dinheiro alheio tem o direito de não gostar do candidato da oposição, o que não tem é o direito de chamar de análise de risco a escolha de aceitar quatro anos a mais do mesmo arranjo. Quatro anos, na planilha de um gestor, são um horizonte de investimento, mas na casa de quem já trocou a carne pelo ovo, quatro anos podem ser uma criança crescendo com menos comida do que precisa e um pai envelhecendo com uma dívida que não acaba. O Brasil não tem um 2030 de sobra. É importante e necessário que os gestores, os tomadores de decisão, os jornalistas, antes de apoiar mais 4 anos de destruição do país, passem uma tarde no supermercado, olhando o que as pessoas devolvem para a prateleira quando o caixa diz o valor total. ■



Um caminho para o Brasil voltar a vencer

Há duas maneiras de se falar com um eleitor. Uma delas é dizer que o povo “vai viver melhor”, “comer picanha”, vai “crescer com justiça social” e que vai todo mundo “ser feliz”. A outra é explicar que o custo logístico brasileiro é altíssimo quando comparado com outros países similares, e que essa diferença aparece no preço do arroz e que vai ser atacada com corredores logísticos e fertilizantes produzidos no próprio país, com indústria nossa.

A primeira maneira não pode ser conferida por ninguém. A segunda pode ser percebida por qualquer um, e é justamente por isso que ela é mais difícil de dizer. Quem fala em número se mostra mais seguro para ser cobrado, e é essa a diferença central entre o plano de governo de Flávio Bolsonaro e o que se ouve da esquerda há mais de vinte anos.

Isso dialoga com um operador de mercado, ou com o gestor que precisa decidir onde põe dinheiro de terceiro, porque o plano entrega o que ele precisa para calcular: corte de no mínimo dez ministérios, redução de cargos comissionados, fim de penduricalhos e supersalários, revisão do IVA, Lei das Estatais reforçada, dirigente de agência reguladora escolhido por critério técnico, desestatização caso a caso. Somando a isso o compromisso de que a regra do início é a regra do fim, que é o nome simples da segurança jurídica, e quem já tentou investir começa a entender o diferencial de um plano de governo bem apresentado.

Agora pegue o pedreiro, a diarista, o dono da mercearia de esquina. Para eles o plano é ainda mais direto, porque fala das quatro ou cinco contas que decidem o mês. A conta de luz vai ser simplificada e a CDE reduzida, mantida a tarifa social de quem



precisa. O imposto sobre o consumo cai, porque é no consumo que mora o imposto de quem gasta tudo o que ganha. O consignado do INSS ganha dupla checagem para que ninguém volte a tirar do benefício o que o aposentado não autorizou, depois de os descontos indevidos triplicarem em 2023 e 2024. A fila do INSS, que chegou a três milhões de pedidos, entrará na digitalização. E as facções passam a ser tratadas como organizações terroristas, com meio milhão de novas vagas prisionais em quatro anos e uma tropa de elite numa fronteira que hoje tem cerca de um policial para cada 100 quilômetros.

No fundo, tanto o gestor quanto o dono da mercearia estão sendo tratados da mesma forma: como gente capaz de olhar dados, entender de onde ele vem e checar depois se foi cumprido. Do outro lado é o contrário. Vinte anos de PT no poder deixaram uma dívida bruta 13 pontos do PIB maior em quatro anos, 30 aumentos de tributos, a maior taxa de juros em 19 anos, 85% das famílias de até três salários mínimos endividadas e uma reforma tributária escrita ao gosto dos lobbies, com a transição jogada para o mandato dos outros. Para isso, não há explicação técnica. Há sempre a mesma frase pronta sobre o pobre no orçamento e a picanha na mesa.

O nome disso, em bom português, é desprezo pela inteligência do povo. Quem promete em abstrato está apostando que o eleitor não vai conferir. Quem promete coisas concretas está apostando ele que vai. O plano de Flávio Bolsonaro aposta na segunda coisa, e essa aposta já é, por si, um jeito diferente de tratar o brasileiro. O país não precisa de mais alguém dizendo que a vida vai melhorar. Precisa de alguém que diga como, e que possa ser cobrado quando chegar a hora. ■



Você paga mais, eles não entregam mais

Em dezembro de 2025, um vendaval derrubou a rede elétrica de São Paulo e **2,2 milhões de imóveis ficaram sem luz no pico da crise — seis dias depois, mais de trinta mil ainda estavam no escuro**. Sete meses depois, a mesma concessionária teve **reajuste de 10,18% homologado.**

Não faltou punição no papel. A ANEEL já tinha aplicado **mais de R$ 320 milhões em multas sem que o serviço melhorasse**, reprovou **sete planos de resultados da empresa e o plano de recuperação apresentado depois do apagão, e abriu por unanimidade o processo para cassar a concessão.**

Em meio à crise, veio o aumento na sua conta. Assinado não pela empresa, mas pela mesma agência que agora tenta cassá-la. O processo, aliás, seguiu aberto depois do aumento.

A punição corre num trilho, a tarifa corre em outro. E os dois trilhos passam por dentro da mesma casa: a de quem paga a conta. A empresa ficando ou saindo, a sua conta continuará aumentando.

Quem acha que isso é vício de concessões privadas precisa conhecer o caso do Amapá. Em novembro de 2020, pegou fogo a subestação que liga o estado inteiro à rede elétrica nacional. **Treze dos dezesseis municípios ficaram vinte e dois dias sem energia**, com **cerca de 660 mil pessoas no escuro,** em plena pandemia.

A linha era operada por uma empresa privada, a LMTE, que **meses antes havia trocado de dono: saiu de um grupo espanhol quebrado para as mãos de dois fundos de investimento.**

O Ministério Público Federal processou todos os envolvidos, pedindo R$ 70 bilhões: **a LMTE, que segundo o MPF não fez a manutenção dos transformadores; a CEA, distribuidora que na época era estatal e descum-**



priu o rodízio determinado; e ainda o ONS, que opera o sistema, a ANEEL, que fiscaliza, a EPE, que planeja, e a própria União.

Operador privado, estatal, fiscal, planejador e governo, todos no mesmo banco dos réus. E o morador de Macapá, vinte e dois dias no escuro, esperando qualquer um deles funcionar.

O apagão vira manchete porque tem data, imagem e culpado aparente. Mas existe uma falha pior, que não tem nenhum dos três.

Em Porto Velho, capital de Rondônia, quem cuida da água é a companhia estadual. Em 2024, apenas 30% da população tinha atendimento de água tratada — o pior índice entre as cem maiores cidades do país. Sete em cada dez pessoas sem água na torneira, numa capital brasileira. Sem vendaval, sem incêndio, sem o dia em que "aconteceu": é assim há anos, e piorou — no ano anterior, eram 35% atendidos.

E é por isso que você nunca viu essa história no jornal: falha que não tem data, não tem manchete. Não existe o dia em que o desastre aconteceu pra equipe de reportagem chegar, nem vilão da vez para apontar o dedo — o que existe é uma torneira que abre seca ou barrenta todos os dias, faz anos, na casa de gente que nunca virou notícia.

Quando dá para atacar uma concessão privada e capitalizar a crise, o assunto vira manchete. Quando dá pra atacar uma estatal e empurrar uma privatização, também. O que rende voto (ou lucro) aparece nas manchetes e palanques eleitorais.

Mas os problemas estruturais, alguém discute? As agências reguladoras que fiscalizam tudo isso, são cobradas? Enquanto a atenção do país continuar só no que vira escândalo imediato, quem erra constantemente sem escândalo vai continuar errando.. ■



O Brasil vai vencer o atraso

Começou a campanha eleitoral de 2026, e com ela o momento mais decisivo que o eleitor brasileiro enfrentou nos últimos anos. Dizer isso, hoje, longe de ser hipérbole batida de candidato, é o simples reconhecimento do que está em jogo. Nesta eleição, o voto não escolhe apenas um nome, mas qual caminho o país vai seguir por muito tempo, e essa escolha não terá volta fácil.

Quem vive no Brasil sabe que a esquerda não disputa o poder para governar por quatro anos. Ela disputa para ficar. Quando consegue reunir o governo, boa parte do Congresso e influência sobre outras instituições, o resultado é sempre o mesmo: menos espaço para quem pensa diferente, mais peso do Estado sobre a vida das pessoas e uma conta que sobra para a família comum pagar. Todos os brasileiros já viram esse filme e sabem muito bem como termina.

É essencial que se entenda não só o que está em jogo, mas como ele é jogado. Se o voto for dividido, se cada grupo insistir em puxar para o seu lado, quem ganha é justamente quem já está organizado do outro lado. A esquerda não vence porque é maioria, vence quando a oposição se recusa a caminhar junta. É esse o risco desta eleição, e ele não deve ser tratado como detalhe.

Votar errado, aqui, não é apenas eleger alguém ruim, mas entregar ao mesmo projeto de poder o controle sobre quase tudo. Governo, orçamento, indicações, agenda, judiciário. Se isso acontecer, o futuro deixará de ser uma promessa e passará a



ser repetição. O mesmo Brasil de preços altos, de emprego difícil, de imposto pesado e de discurso pronto para justificar cada fracasso. A definição mais simples de loucura é tentar fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes.

A saída não é complicada, mas exige coragem. Quem quer o bem do Brasil precisa se unir em torno de uma candidatura capaz de vencer, e hoje esse nome é Flávio Bolsonaro. Não por rótulo ou imposição, e sim pela chance concreta de reunir aqueles que não querem ver o país entregue ao mesmo grupo. Se unir agora não é abrir mão daquilo em que se acredita e sim colocar o país acima da vaidade de cada um.

A democracia só funciona quando há alternância de verdade, quando o poder não fica nas mãos de um só lado. Por isso esta eleição interessa até a quem discorda da direita. Um país onde uma única força domina tudo não é um país livre, e isso coloca em todos nós brasileiros uma grande responsabilidade. A responsabilidade de entender, conversar e convencer. Precisamos mostrar a quem ainda não percebeu o quanto o futuro do país fica frágil sob o jugo do petismo, que ameaça destruir todas as chances de um Brasil vencedor.

O Brasil do futuro que queremos depende do que for decidido agora. Ou o país se organiza, se une e vira a página, ou aceita repetir um Brasil sem esperança de melhora. Para os filhos e filhas da nação, as chances de crescer num país com futuro dependem da escolha feita nessas eleições. O Brasil pode, deve e vai vencer o atraso. ■



O que dizem os números

A economia não é um jogo de soma zero. Igualmente não é matematizável em sua totalidade, não pode ser reduzida a tabelas, números e gráficos. É inevitável incluir em uma análise econômica fatores sociais, ambiente regulatório, dinâmica política e a possibilidade de produzir riqueza.

Sem alarmismos e com manchetes brandas, a grande mídia vem noticiando o aumento das recuperações judiciais no Brasil, que se estendem do agronegócio até tradicionalíssimas empresas do varejo. A perda brutal no poder de compra do trabalhador também vem sendo noticiada e analisada com naturalidade, em tom de leve preocupação.

Enquanto isso, empregados são dispensados, mais da metade do salário mínimo vai para a compra dos itens básicos, e famílias se apertam para fechar as contas do mês. Planos são adiados, esperanças passam a ser tratadas como devaneio e a luta pela sobrevivência vem se tornando gradativamente mais feroz. E diante desse cenário de massacre do povo, de administração da miséria, o PT, que arquitetou esse caos, tenta se apresentar como solução para a desgraça econômica nacional.

A criminalidade em alta, a dinâmica política patronal e policialesca, o ambiente regulatório repressivo e persecutório, somados a uma esquizofrenia tributária que coloca peso demasiado sobre os ombros de quem produz, são resultado de quase duas décadas de governo petista, que foi muito bem-sucedido em impor sua agenda de empobrecimento programado.

Esse projeto de miséria não decorre de incompetência administrativa; pensar que são erros de gestão que trouxeram o Brasil para esse estado de depressão eco-



nômica é fechar os olhos para a convergência de ações e o aumento vertiginoso do poder do establishment tecnocrata e do próprio PT.

E diante dessa relação promíscua entre tecnocratas e petistas, o cidadão é tratado como ativo financeiro do Estado por meio do pagamento de impostos, e pelos bancos como endividado em potencial. Induzido a um endividamento por impostos extorsivos pelo poder político petista, somado à inflação e à epidemia de apostas, o brasileiro perde o domínio sobre seus bens, vivendo em um ambiente inóspito para a prosperidade, em que só há espaço para a luta pela sobrevivência. Incapaz de poupar, torna-se refém de esmolas assistencialistas, consolidando a perversa máxima globalista do "você não terá nada e será feliz".

Toda essa depressão econômica não é causada apenas por indicadores ruins ou números desfavoráveis para agentes econômicos. Os números são efeitos, demonstração e evidência da falência social para a qual o Brasil foi empurrado.

A insegurança que obriga empresários a absorverem enormes prejuízos em seus balanços diante de assaltos, furtos e extorsão do tráfico de drogas, é a moldura dessa falência econômica, a estrutura que mantém o processo de empobrecimento arquitetado pelo PT.

No Brasil, não é necessário apenas recuperar cadeias de infraestrutura, reaquecer mercados e tornar o ambiente apto para a produção. É preciso restaurar a confiança de investidores e empreendedores, fazer o cidadão confiar nas instituições e não obedecê-las sob coação de sanções financeiras ou penais. É preciso recuperar o básico: prender bandidos, mantê-los na cadeia e cuidar do cidadão que quer produzir e prosperar. ■



Empobrecimento programado: primeiro o CPF, agora o CNPJ

Na reta final do quarto ano de Lula, o Brasil reúne dois recordes que encerram qualquer conversa sobre prosperidade: 83,9 milhões de pessoas inadimplentes e 9,1 milhões de empresas com contas atrasadas. Os CNPJs negativados já somam R$ 232,9 bilhões em dívidas. A recuperação judicial da Casas Bahia, com R$ 17,3 bilhões, expõe o tamanho do estrago. O problema já não cabe no balanço de uma varejista. Está no país inteiro.

Não foi falta de tempo ou de condições. Foi escolha. Depois da pandemia, das guerras e da ruptura das cadeias de suprimento, o mundo voltou a discutir produção. Indústria, energia, defesa, tecnologia, infraestrutura e minerais críticos passaram a orientar investimentos e decisões de Estado. Estados Unidos, China e Europa reforçaram políticas para atrair fábricas, proteger fornecedores e reduzir dependências.

Lula gastou parte do mandato com outras prioridades. Mercado de carbono, títulos verdes, fundos climáticos e certificações ocuparam o centro da narrativa econômica. Esses instrumentos podem servir a projetos específicos, mas não respondem à pergunta decisiva: de onde virão as novas fontes de renda, produtividade e emprego do Brasil?

O país tinha uma oportunidade rara. Petróleo, gás, energia, minerais, alimentos, mercado consumidor e escala poderiam sustentar novas cadeias de fertilizantes, processamento mineral, defesa, indústria naval, ferrovias, equipamentos elétricos e tecnologia. O governo anunciou planos e programas, mas não os transformou em investimento capaz de mudar o custo de produzir e abrir mercados para as empresas brasileiras.

O resultado foi uma economia sem impulso produtivo para sustentar o próprio mercado interno. A renda ficou espremida, o crédito continuou caro e o



consumo passou a depender de famílias já endividadas. O dinheiro faltou primeiro no CPF. Agora falta no caixa das empresas.

A sequência atravessa vários setores. Dia, Polishop e Casa do Pão de Queijo recorreram à Justiça. Coteminas, AgroGalaxy, Gol e Azul também já passaram por reestruturações judiciais. Agora foi a vez da Casas Bahia. Tratar tudo como azar, erro de gestão ou coincidência serve apenas para esconder o ambiente criado por Lula.

Brasília mobilizou dinheiro, bancos públicos e regulação para as prioridades que escolheu, mas não organizou um ciclo amplo de expansão produtiva. Faltaram energia competitiva, crédito de longo prazo, infraestrutura no ritmo necessário e encomendas capazes de gerar novas cadeias. Houve movimento em Brasília, mas pouco disso chegou à fábrica, à obra e ao caixa das empresas.

Empobrecimento programado é a repetição consciente de prioridades que já mostraram seu resultado. Lula viu a inadimplência das famílias avançar por 19 meses, viu os bancos apertarem o crédito e viu o problema chegar aos CNPJs. Ainda assim, manteve o país preso à mesma estratégia.

A conta agora circula por toda a economia. O consumidor reduz compras, a empresa perde receita, o fornecedor recebe menos pedidos e o emprego começa a ser cortado. As grandes companhias renegociam com bancos e fundos. As pequenas fecham sem manchete e levam junto o patrimônio de famílias inteiras.

A Casas Bahia é a fatura mais visível de um Brasil que passou quatro anos discutindo como financiar carbono sem conseguir financiar o próprio desenvolvimento. Primeiro veio o recorde no CPF. Agora chegou ao CNPJ. A etapa seguinte já aparece nas portas fechadas e nos empregos perdidos. ■



Quem vai ficar com a concessão de R$ 25 bilhões da Enel em São Paulo?

Em abril, o governo federal renovou 13 concessões de distribuição de energia pelo país. A maior operação do setor, a de São Paulo, ficou de fora. Depois veio o processo de caducidade contra a Enel.

A Enel tem problemas conhecidos em São Paulo e precisa responder por eles. Mas uma coisa é cobrar a empresa pelo serviço; outra é tratar isso como justificativa suficiente para decidir o destino de uma concessão de mais de R$ 25 bilhões. Trata-se da maior operação de distribuição do país, responsável por atender a capital paulista e uma das regiões economicamente mais importantes do Brasil. É justamente aí que começam as dúvidas.

O apagão de dezembro de 2025 está no centra da discussão. O episódio foi grave e ocorreu durante um temporal extremo. A Enel pediu uma perícia independente para medir o impacto da tempestade sobre a rede, e o pedido foi negado.

Alexandre Silveira procurou a empresa e sugeriu a venda da operação. Agora, a Advocacia-Geral da União passou defende uma alternativa à caducidade: mudança de controlador acompanhada da renovação da concessão. Os interessados começaram a aparecer. Entre eles está a CPFL, controlada pela estatal chinesa State Grid, com presença relevante no setor elétrico brasileiro.

A partir daí, já não se discute apenas a qualidade do serviço. Há uma concessão bilionária em jogo e grupos interessados em assumir esse mercado. Sobre essa parte da história, faltam respostas: quanto custa a troca e o que o consumidor ganha com ela.

A própria ANEEL admitiu não ter feito estudo prévio capaz de demonstrar que uma mudança melhoraria o serviço ao consumidor. Discute-se substituir o dono antes de saber se isso resolve o problema usa-



do para justificar a substituição.

Também falta saber quanto a operação custaria. A Medida Provisória 1.232, de 2024, abriu caminho para transferências de controle quando a concessionária perde condições de continuar operando. No Amazonas, uma mudança desse tipo veio acompanhada de reequilíbrios e de custos transferidos para a Conta de Consumo de Combustíveis para sustentar a transição.

Goiás é o outro precedente. A antiga distribuidora foi vendida à Equatorial. Logo após, os parâmetros de desempenho foram flexibilizados, e o reajuste que veio em seguida ficou perto de 20%.

As situações não são iguais, mas ambas mostram que trocar o controlador não faz desaparecer o passivo da concessão. Rede deteriorada, investimento atrasado, recuperação operacional e eventual indenização custam caro. E, quando o contrato precisa ser reequilibrado para tornar a operação viável ao novo controlador, alguém paga por isso.

Em São Paulo, pelo tamanho do mercado, pela importância econômica da região e pelo peso que essa infraestrutura tem para milhões de consumidores e empresas, uma mudança de controle exige um nível de transparência compatível com a relevância do ativo. Por isso causa estranheza que a solução societária avance enquanto as perguntas econômicas e regulatórias ficam para depois.

Se a concessão deve ser retirada da Enel, cabe à Aneel demonstrar tecnicamente por quê. Se o caminho escolhido for a venda do controle, as condições oferecidas ao comprador precisam ser conhecidas antes da assinatura, junto com a conta de qualquer reequilíbrio e de qualquer revisão das metas e obrigações do contrato. ■



Brasil, balcão de negócios

Todo mundo no Brasil desconfia que existe uma fila preferencial dentro do governo, e quem entra nessa fila não passou por eleição nenhuma. Isso não é novidade e não escandaliza ninguém.

As mensagens recolhidas pela Polícia Federal no inquérito da lobista Roberta Luchsinger mostram uma coisa bem pior. É o preço da fila, e como ela é dita em voz alta, sem o menor pudor.

A meta que Roberta traçou para si em 2024, numa conversa com o empresário Gustavo Gaspar, foi de singelos “100 milhões, só pra mim”. Ele riu. Não tem apelido para o dinheiro nessa conversa, nenhum dos cuidados que costuma ter quem sabe que está fazendo coisa errada.

A ganância sozinha não explica nada, porque a ganância existe no mundo inteiro. O que chama atenção nesse caso é a falta de medo, ou de pudor, com os valores. Quando se fala assim, num círculo que chega ao gabinete do presidente, é porque o mercado já está montado e ninguém ali acredita mesmo que vai ser punido.

E o que está à venda não é mais remédio nem consultoria, mas acesso. Roberta descreveu o método sem rodeios, explicando como trabalhava a política pelo Palácio e se dizia boa de costura política.

Sobre o papel do filho do presidente, foi ainda mais direta: "Fábio não faz nada. Ele só entra em campo quando precisa. Tem que se preservar". Ninguém fala assim de um sócio. Fala-se assim de um ativo importante, que se cuida para que não se exponha sem necessidade.

Em 1954, o governo de Getúlio Vargas afundou num escândalo que ficou conhecido como “mar de lama”, e o que mais chocou o país na época foi



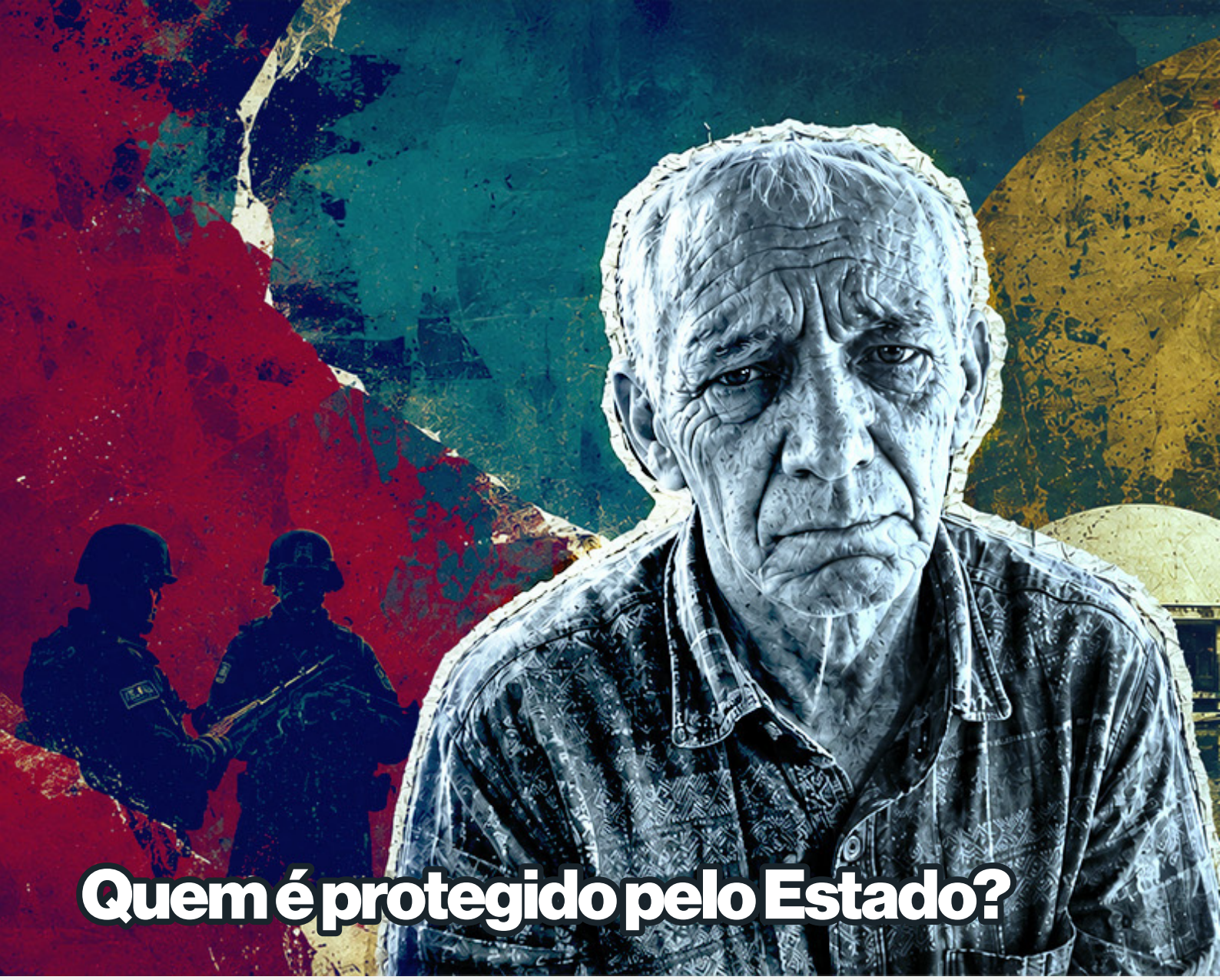
menos um contrato específico do que a descoberta de que pessoas próximas ao presidente vendiam o acesso a ele. O Brasil já viu esse filme - e o viu tantas vezes que, tudo indica, ficou anestesiado.

O argumento das defesas de Lulinha e Roberta, de que nenhum negócio foi fechado com o governo, menos os exonera do que muda o ângulo das perguntas. Saber se a venda foi fechada importa menos do que entender por que é que havia vendedor, comprador e oferta.

Se um chefe de gabinete do presidente da república marca reunião com lobista isso já é, por si só, um tipo de serviço prestado. Planejar cem milhões de reais em doze meses quando se lida com obtenção de acesso privilegiado ao alto escalão da república é o preço de tabela. Chamar isso de um simples 'negócio que não deu certo' é confundir o crime com o recibo.

Esse preço, ao fim e ao cabo, alguém paga. Nenhum mercado sustenta valor desse tamanho se o produto não funciona, e se furar a fila até um ministério vale cem milhões, é porque furar a fila resolve. Cada real disso sai do bolso de quem não teve como comprar: seja do empresário que disputou a licitação seguindo as regras, do paciente que esperou o remédio que não chegou ou do aposentado que viu o desconto no extrato.

Num momento menos animado, Roberta escreveu a frase mais sincera de todo o arquivo: ou eles ficariam milionários, ou se dariam muito mal. É o tipo de fala de quem conhece o jogo e faz a conta com calma. E é essa calma o que mais incomoda, porque ela tinha bons motivos para achar que a aposta valia a pena. Enquanto apostar contra o Estado brasileiro continua sendo bom negócio, vamos seguir elegendo governos e entregando o país aos sócios que ninguém votou. ■



Quem é protegido pelo Estado?

O Brasil real que pulsa longe dos gabinetes encastelados de Brasília e dos espaços fechados frequentados pelo estamento é um país sob cerco contínuo e implacável. Diariamente, o crime organizado exerce um verdadeiro e incontestável domínio territorial de norte a sul do país, substituindo o Estado na imposição de regras, na cobrança de impostos paralelos e na aplicação sumária de penas capitais. Facções criminosas passeiam com armamento de guerra por rodovias e metrópoles, dominando ambientes urbanos, colecionando vítimas e impondo seu governo paralelo por meio do terror.

Diante desse cenário de violência aleatória e caos generalizado, é preciso perguntar: quem é, de fato, o sujeito de direitos no Brasil de hoje? Quem tem seus direitos fundamentais garantidos em território nacional? O Estado que fracassa miseravelmente em proteger a vida, a integridade e a propriedade de seus cidadãos contra a barbárie criminal é o mesmíssimo que permite e endossa a opressão da classe produtiva pela agiotagem institucionalizada dos bancos, que lucram cifras bilionárias sobre a miséria — quase que como uma espécie de auxiliar na administração e promoção da pobreza nacional —, o endividamento e a asfixia financeira das famílias. E, diante disso, o sistema jurídico nacional consolida-se como uma engrenagem garantista, que beira a impunidade para traficantes, os quais, aparentemente, conseguem reclamar por direitos e garantias processuais. Mas, quando se trata de punir opositores políticos do establishment nacional, a docilidade e o garantismo aparentemente típicos do sistema de justiça desaparecem.

O tratamento dispensado aos presos do 8 de janeiro pode ser citado como exemplo. É preciso dizer que a tese de "golpe de Estado" não parece coerente, como já observou publicamente o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do go-



verno Michel Temer, que afirmou que não há como acreditar racionalmente que o 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe. Não havia coordenação militar, cadeia de comando, liderança disposta a assumir o poder nem armamento capaz de subjugar as forças de segurança da República.

Por outro lado, vai-se construindo um consenso de que existem abusos por parte do Judiciário — e esse consenso já é refletido na própria imprensa. Veículos da mídia tradicional, como Estadão, Folha de São Paulo e O Globo, têm publicado duros editoriais criticando os abusos do Supremo. O outrora intocável Inquérito das Fake News passou a ser denunciado pela mídia corporativa como um instrumento de exceção e intimidação, quiçá como ameaça aos fundamentos da liberdade de imprensa e da democracia.

É exatamente dentro dessa espiral de abusos — agora visíveis para as elites e seus porta-vozes na mídia — e perseguição estatal que se insere a prematura partida de Ronaldo Édison Richard, aos 63 anos, em Santa Rosa. Réu na 23ª fase da Operação Lesa Pátria, precisou lidar com acusações desproporcionais de associação criminosa e abolição do Estado Democrático. E qual é a sua suposta "culpa" e a prova de seu financiamento ao terrorismo? A simples assinatura em um documento de rotina autorizando a saída de um ônibus de uma garagem. Com bens indisponíveis e a dignidade destroçada, esse cidadão gaúcho, réu primário e de bons antecedentes, foi tratado pelo STF como ameaça existencial ao país.

Diante do garantismo e da defesa de alguns agentes políticos das facções criminosas no Brasil, e dos abusos constantes do Estado brasileiro, ecoa ao fundo uma pergunta: quem no Brasil pode reclamar por seus direitos? ■



As vantagens de entrar pela porta dos fundos

Existe um Brasil em que o cidadão comum precisa de alvará para vender pipoca. Precisa de licença, documento, taxa, fiscalização e paciência. E existe outro, bem mais silencioso, em que a proximidade com o poder pode abrir portas que permanecem fechadas para quase todo mundo.

É nesse segundo Brasil que aparece o grupo de WhatsApp chamado "Musaranhos". Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e Fernando Bittar eram os "Musos". Roberta Luchsinger, a "Musa". Segundo mensagens obtidas pela Polícia Federal e divulgadas pela VEJA, o grupo era usado para discutir negócios e maneiras de acessar o governo.

Roberta não parecia esconder o grau de intimidade com o poder. Em uma conversa, escreveu: "Eu sou o Fábio." Em outra, afirmou: "Somos governo. Tem que pedir tudo e fazer."

O negócio que aparece nas investigações envolvia produtos à base de canabidiol e a tentativa de viabilizar um contrato de grande valor junto ao governo. O contrato não chegou a ser concretizado. Mas a Polícia Federal investiga se houve tráfico de influência e articulação para abrir caminho a interesses privados dentro da máquina pública.

E então surge outro personagem: Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS", investigado na roubalheira das aposentadorias. Em novembro de 2024, ele e Lulinha viajaram juntos a Portugal para conhecer uma empresa de cannabis. Na época, poderia parecer apenas uma viagem de negócios. Hoje, diante do conteúdo das investigações, a viagem ganhou outro significado.

Também aparecem nas apurações pagamentos e movimentações financeiras em espécie. A PF investiga, entre outras coisas, despesas pessoais de Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, então chefe de gabinete de Lula, que teriam sido pagas por Roberta – jóias e até obras de arte.



As defesas negam irregularidades. Se não há nada de errado como alegam, o processo precisa esclarecer o que eram relações pessoais, o que eram negócios e, principalmente, onde começava a influência sobre o governo e o que isso gerou de vantagens.

Roberta também teria afirmado que Lula a chamou para perguntar onde gostaria de ficar no governo. Segundo ela, respondeu que preferia continuar "na minha sociedade com Fábio e Fernando". O Planalto afirma que o presidente não a conhece. Se as duas versões forem colocadas lado a lado, quem está dizendo a verdade?

As investigações ainda registram conversas sobre tirar Lulinha do país, com referências a Madri, Suíça e Liechtenstein - onde é impossível "prender o dinheiro" segundo a própria Roberta. Lulinha acabou indo para Madri. Isso não prova por si só qualquer irregularidade, mas ajuda a explicar por que as mensagens despertaram a atenção dos investigadores.

O nome de Fernando Bittar, citado na investigação, também carrega uma história conhecida. Ele foi um dos proprietários formais do sítio de Atibaia, frequentado por Lula e que esteve no centro de uma das principais investigações da Lava-Jato.

O que torna o caso dos Musaranhos tão incômodo não é apenas uma mensagem ou uma viagem. É a possibilidade de existir um método: o poder que não precisa de cargo, empresa formal ou assinatura. Basta proximidade, acesso e a certeza de que alguém atenderá o telefone.

Para o cidadão comum, o Estado tem guichês, protocolos, taxas e obstáculos.

Para quem conhece a pessoa certa, talvez tenha uma porta dos fundos. E entrar pelos fundos, nesse caso, não é demérito, é estratégia. ■



O agro brasileiro está mudando de mãos

Uma crise econômica muda de natureza quando deixa de corroer a renda e começa a transferir patrimônio. Foi o que aconteceu no agro brasileiro. Fazendas produtivas estão chegando ao mercado porque seus proprietários já não conseguem carregar as dívidas acumuladas nos últimos anos.

Há propriedades com descontos de 30% a 40% sobre os valores de 2022. Uma única gestora recebeu mais de 80 fazendas, cerca de 95 mil hectares. O preço baixo vem da urgência de quem precisa pagar credores e já não pode esperar outra safra.

A recuperação judicial foi o primeiro aviso. Foram 1.990 pedidos no agro em 2025, alta de 56,4%, e outros 474 apenas no primeiro trimestre de 2026, 22% acima do ano anterior. Depois de renegociar e tentar ganhar prazo, parte desses produtores começou a perder a própria terra.

O problema pode alcançar quem está pagando em dia. Quando vendas forçadas com descontos dessa ordem se repetem numa região, bancos passam a rever o valor das fazendas oferecidas em garantia. O produtor chega à safra seguinte com a mesma propriedade, mas consegue menos crédito para plantar.

A fazenda deve continuar produzindo sob um novo dono. Em alguns casos, quem vende permanece na área como arrendatário e passa a pagar para cultivar a terra que formou durante décadas. A concentração avança sem reduzir a safra de imediato e quase não aparece para quem olha apenas produção e exportação.

Brasília continua usando toneladas colhidas e dólares exportados para medir a saúde do setor. Esses números não mostram quantos produtores perderam patrimônio nem quanto da renda futura foi comprometida para manter a lavoura. A falta de dinheiro aparece depois, na correção do solo adiada, na máquina que não



foi trocada, no armazém que não saiu e na tecnologia que deixou de chegar ao campo. A produtividade cobra essa conta alguns ciclos adiante.

Preços menores, custos altos e perdas climáticas já tinham apertado as margens. O juro alto retirou o tempo que muitos produtores teriam para esperar a recuperação. Com a Selic em 14%, ficou ainda mais caro financiar o plantio, comprar insumos e conseguir mais prazo para pagar a dívida. Uma fazenda eficiente pode ser vendida simplesmente porque a parcela venceu antes da melhora dos preços.

O governo agrava esse quadro ao manter as contas públicas desorganizadas. O risco do país permanece alto, a queda dos juros fica mais difícil e o crédito chega mais caro ao campo. Brasília comemora o resultado das exportações, mas não olha quanto custa financiar a safra seguinte. Seguro rural com verba previsível e crédito temporário para dívidas que ainda podem ser pagas reduziriam a necessidade de vender terra produtiva às pressas.

Segundo a Embrapa, a produção brasileira ajuda a alimentar cerca de 800 milhões de pessoas. A venda de uma fazenda não derruba a oferta no dia seguinte. O risco aparece quando a falta de capital se espalha por várias safras e reduz investimento, tecnologia e produtividade. Nesse caso, o efeito chega à produção e ao preço da comida.

Um eventual Lula IV pode encontrar o agro ainda batendo recordes e apresentar esses números como prova de sucesso. Eles não mostrarão quantos hectares trocaram de mãos, quantos antigos proprietários estarão pagando aluguel para continuar plantando nem quanto investimento em solo e tecnologia deixou de ser feito. O Brasil pode continuar produzindo muito. A pergunta é quem será dono dessa produção e quanto ela custará ao mundo. ■



As veias abertas deixadas por Lula

As relações políticas, de forma inevitável, passam pela escolha de amigos e inimigos: quem é a ameaça, o risco existencial, e quem é o amigo e aliado igualmente ameaçado na arena pública.

Essa escolha está indissoluvelmente ligada à compreensão desse inimigo, de seus mecanismos de opressão, legitimidade e moralidade.

Por motivos óbvios, tudo isso passará pelas narrativas em circulação e suas interpretações consensuais, de como a sociedade adere às narrativas que os grupos políticos colocam em circulação, ou as rejeita.

A narrativa "anti-imperialista" da esquerda latino-americana — às vezes financiada pelos imperialistas, diga-se — foi baseada na estúpida tese e chatíssima prosa de Eduardo Galeano. A tese de que as veias abertas da América Latina foram causadas pela exploração para o desenvolvimento do primeiro mundo, e não pela incompetência do terceiro mundo, somada ao sádico programa de empobrecimento programado da Comissão Trilateral e do Clube de Roma.

A esquerda fala do alto do seu moralismo sobre as veias abertas pelo imperialismo, mas pouco ou nada diz sobre as veias abertas no Brasil por Lula.

Lula, esse que construiu no exterior com dinheiro brasileiro, fez empréstimos, perdoou dívidas e levou calotes. Isso sem mencionar sua tragicômica política fiscal — suas peripécias na política externa já são o suficiente para declará-lo um traidor —, que aumenta impostos vertiginosamente para poder distribuir benesses ao povo mais pobre, literalmente empobrecendo o país para parecer que cuida dos pobres.

O país, vivendo sob essa agenda, não prosperou e ainda passará para as futuras gerações as contas da impru-



dência desse governo, e é por isso que é preciso falar sobre as veias abertas que Lula deixará no Brasil.

Ao analisar o quadro historicamente, a destruição da infraestrutura econômica, a fuga de mão de obra qualificada, o sufocamento de cadeias produtivas e a destruição do poder de compra já causaram um prejuízo incalculável para a nação.

Mas, mesmo ao se olhar apenas para a atualidade, já é perceptível a falência do Brasil: a quebradeira sistemática promovida pela política do governo Lula virou rotina; a inadimplência, normalidade, enquanto o brasileiro vive em um cenário de desesperança e falta de confiança nas instituições.

A própria equipe econômica esperava encher o caixa com R$ 55,5 bilhões em dividendos das estatais neste ano de 2026, mas a realidade entregou apenas R$ 10,4 bilhões no primeiro semestre. Uma queda real vertiginosa de 58% em relação ao ano anterior. Em bom português: a fonte de dinheiro fácil com a qual o governo contava para maquiar suas contas simplesmente minguou. A voracidade arrecadatória fracassou até na taxação de dividendos, recolhendo pífios 8% da projeção. Apertaram tanto as empresas que a fonte secou.

Enquanto o cofre esvazia, o governo liga as turbinas do BNDES para fabricar uma falsa sensação de prosperidade, despejando R$ 75,6 bilhões em crédito no semestre. De um lado, o Banco Central encarece o dinheiro para frear a inflação; do outro, o governo usa o BNDES para inundar o mercado com bilhões, agindo na contramão e boicotando a estabilização.

Já se tornou visível para todos: as veias abertas deixadas por Lula não prejudicam apenas as próximas gerações, mas podem levar o país a óbito a qualquer momento. ■



Quando o negócio começa antes

O processo que pode tirar da Enel o contrato de distribuição de energia em São Paulo, a chamada caducidade, chega ao noticiário como briga por qualidade de serviço. Que a Enel deve responder pelas falhas, ninguém discute. Mas é difícil não desconfiar de que o centro da história é outro: a disputa por um negócio de cerca de R$ 25 bilhões e pela chance de assumi-lo com um contrato reescrito a favor do comprador.

Não há leilão marcado nem preço na mesa. Mesmo assim, bancos e empresas de energia já tratam a maior concessão de energia do país como negócio em andamento. A CPFL (da chinesa State Grid), a Neoenergia, a Equatorial, a Energisa e a Copel aparecem no noticiário como possíveis compradoras. A ANEEL, que regula o setor elétrico, ainda não decidiu, e eles já se mexem. Um movimento do banco BTG Pactual esta semana aponta na mesma direção.

Para quem quer comprar, o desgaste ajuda. Cada semana de pressão derruba o valor do que a Enel tem nas mãos.

No dia 24, a ANEEL negou a perícia independente que mediria o impacto do temporal de dezembro de 2025, origem dos apagões e do processo, e encerrou a coleta de provas. A Enel tem dez dias para responder. Ainda não foi decidido se o contrato cai, mas o ritmo mostra que o caso não vai esfriar.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já havia sugerido outro caminho. Foi à empresa e falou em vender a operação. Depois, a Advocacia-Geral da União (AGU) recomendou quase o mesmo: passar o controle da Enel a outro grupo e, se possível, renovar o contrato.

Cassar e licitar novamente leva tempo e vira briga na Justiça. Vender e renovar é mais rápido e, para o comprador, bem mais vantajoso, porque junto com a rede vem a chance de renegociar metas, prazos, tarifa e as



revisões que refazem as contas do contrato.

A ameaça de perder o contrato reduz o valor da concessão para quem sai. Quem entra com o contrato renegociado recebe uma empresa que vale mais. O negócio está nessa diferença. A própria ANEEL já admitiu que não avalia se a troca de dono traz ganho ao consumidor, e que não é papel dela apontar alternativas à cassação. A alternativa apareceu mesmo assim, primeiro na visita do ministro, depois no parecer da AGU. E quem paga a conta de luz está fora dessa conversa.

O contrato vai até junho de 2028, prazo curto para a política e mais que suficiente para montar uma compra e negociar condições. E as condições, nesse setor, costumam sair do bolso do consumidor, via tarifa recalculada e metas mais folgadas. Quase nunca saem do caixa de quem compra.

Foi assim em Goiás, onde as exigências de qualidade não endureceram depois da troca e a conta de luz pesou no ano seguinte. No Amazonas, a transferência veio com um pacote de medidas pago por consumidores do país inteiro. São Paulo é um negócio bem maior, e o interesse em torno dele também.

Se a ANEEL recomendar a cassação, a decisão final cabe ao ministro de Minas e Energia, o mesmo que já sugeriu a venda. Até lá, a maior distribuidora do Brasil é discutida em público como caso de qualidade de serviço enquanto entra nas planilhas de quem quer comprá-la. A responsabilidade da Enel pelos apagões continua de pé. Já o preço da troca de dono ninguém mostra – o que muda no contrato e quanto disso vai parar na conta de luz.

Enquanto esses números não aparecem, o consumidor só vê parte do caso que corre no processo. A compra vai sendo arrumada sem que ele saiba quanto pesar no seu bolso. ■



O Brasil está caro para todos

Existe uma piada antiga onde o paciente diz ao doutor que toda vez que ele aperta o pé, o pé dói - e o médico dá, como solução, parar de apertá-lo. Miriam Leitão, Lula e boa parte da esquerda usaram, e usam, da mesma tática para tentar explicar tanto os preços quanto a perda do poder de compra do Brasileiro: as coisas parecem caras porque o hábito do brasileiro mudou e porque "estamos comprando mais coisa". São dois diagnósticos com um recado só: se a dor é sua, a culpa também deve ser.

Na sabatina do Jornal Nacional, Lula entregou a parte que faltava. Perguntado sobre a dívida pública, que beira 82% do PIB, respondeu que isso não o preocupa e comparou o Brasil com Estados Unidos, Japão e Itália - países muito mais ricos, logo, com mais capacidade de aguentar crises. Quando perguntado se cortaria despesas obrigatórias, desconversou completamente. Soou como uma reprise das entrevistas de Dilma Rousseff.

A carestia que o brasileiro sente não é uma falha de percepção, mas a fatura de anos de gasto público chegando pelo caminho mais caro, os juros. O Banco Central elevou a Selic a 15% ao ano, a maior em quase duas décadas, porque alguém tem que segurar a demanda criada pelo Tesouro. Quem paga esse pato não é o governo, mas a farmácia da esquina, a loja de material de construção do bairro, os empregadores do país.

O Brasil fechou 2025 com 2.466 empresas em recuperação judicial, recorde da série, e entrou em 2026 com 8,7 milhões de CNPJs negativados. Recuperação judicial é o pedido de tempo de quem ainda funciona. Quando um terço desses pedidos acaba em falência, o tempo não resolve nada, por-



que cada porta que fecha leva emprego e crédito.

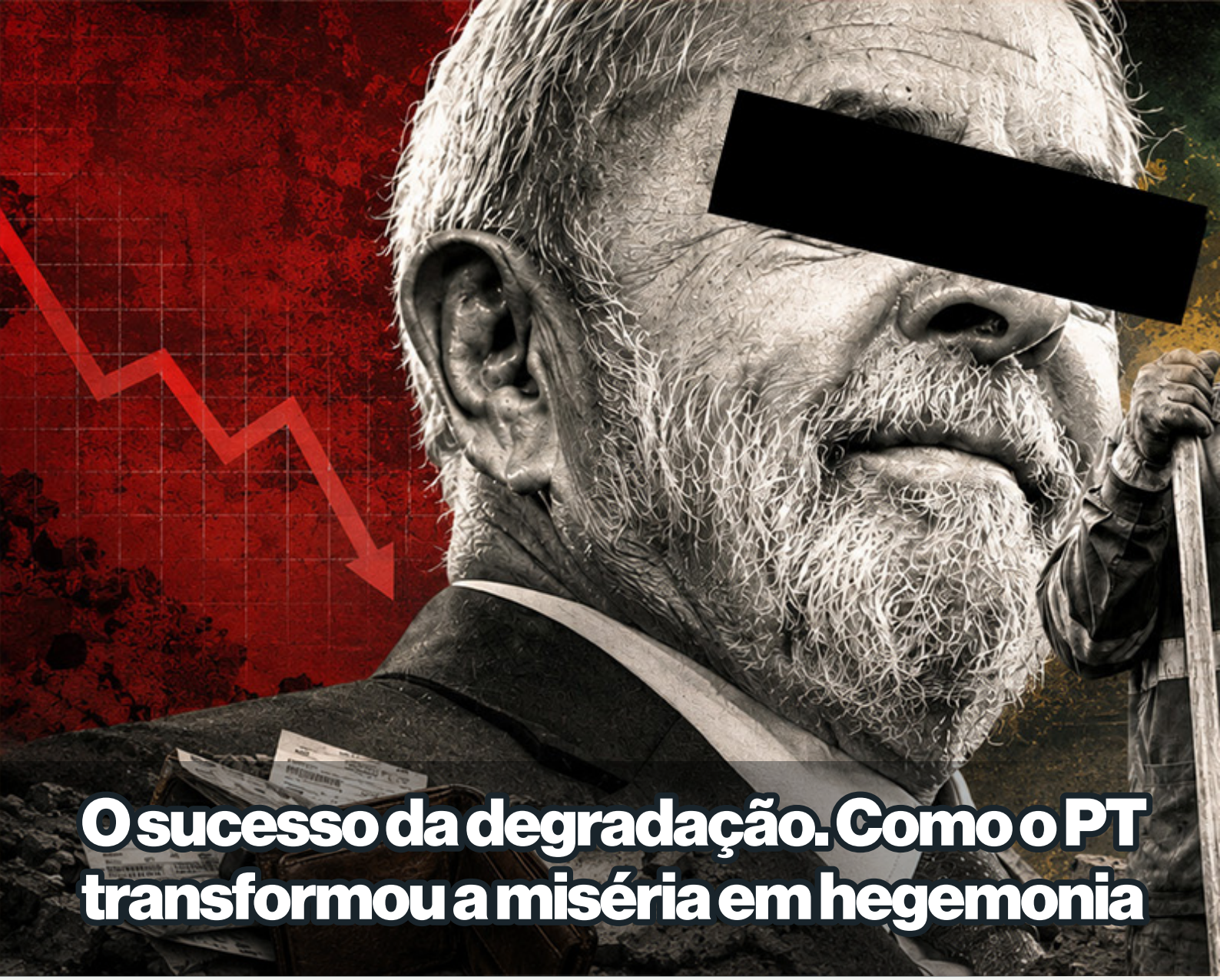
Em julho, 82% das famílias estavam endividadas, sexto recorde seguido na CNC. No mesmo mês, o brasileiro tirou da poupança R$ 7 bilhões do que havia depositado. É o brasileiro cobrindo a conta do mês com a reserva de uma vida.

Esse arranjo já foi testado aqui, entre 2011 e 2014. O emprego crescia, a renda subia, combustível e luz eram segurados na canetada e a contabilidade do Tesouro dava um jeito no resto. A fatura foi apresentada em 2015: inflação de dois dígitos, tarifa explodindo e a pior recessão em oitenta anos. Ninguém chamou aquilo de sensação, não tinha como.

O buraco está ficando visível a olho nu. A dívida pública passou de R$ 10 trilhões e subiu mais de dez pontos do PIB desde 2023, com commodity em alta e arrecadação recorde. Quando o presidente diz que isso não o preocupa, avisa que o gasto vai continuar.

O assalariado do setor privado, o autônomo, o motorista de aplicativo e o dono da papelaria não têm um índice que corrija a renda deles, e recebem a conta em juro no cartão, aluguel reajustado e preço alto nas prateleiras do mercado. No primeiro semestre a cesta básica subiu nas 27 capitais, puxada por arroz, feijão, carne e leite, os quatro itens que ninguém tira da lista.

O discurso da sensação pode funcionar em ano eleitoral porque a bomba ainda está para explodir. Mas a conta está chegando aos poucos, em juros, em empresas fechadas e salários que não rendem mais para o básico. Ou o Brasil mostra que tem coragem de mudar ou vamos passar os próximos quatro anos recebendo sermão de educação financeira dos porta-vozes da imprensa. ■



O sucesso da degradação. Como o PT transformou a miséria em hegemonia

O autoproclamado pai dos pobres e oprimidos — que a cada pleito eleitoral fala sobre oferecer aos brasileiros três refeições por dia – acabou revelando, em um ato falho, o que militantes socialistas realmente pensam sobre o trabalhador braçal.

Ao discursar em Belo Horizonte, Lula, por um ato falho — proporcionado pelo peso da idade ou por um sincericídio —, sentenciou que a limpeza urbana é uma profissão que "não dá orgulho" e uma "coisa pobre de quem não pôde estudar".

Usando um pouco de lógica, pode-se concluir que a revolução dos trabalhadores prometida caso o PT ascendesse ao poder não chegou; não foram dignificados e valorizados os trabalhadores e operários que alçaram o PT aos mais altos cargos da República brasileira.

A evolução petista deu errado? Trabalhadores endividados, depositando esperanças em sites de apostas e lutando para sobreviver parece o oposto da dignificação prometida pelo PT.

O fato de não se viver no Brasil da retórica petista não quer dizer que o plano revolucionário do PT tenha dado errado; pelo contrário: a degradação do Brasil e a lumpemproletarização do brasileiro aconteceram e estão acontecendo.

Sob a ótica da estratégia revolucionária neomarxista, Lula não cometeu erros estratégicos.

Pelo contrário, a receita foi seguida fielmente, com um apurado senso dialético das condições objetivas, dos momentos e das oportunidades. O resultado foi mais que excelente para o movimento: salvar da extinção o movimento comunista latino-americano e viabilizar sua ascensão ao poder em uma dúzia de países.

Além disso, no cenário nacional, a figura de Lula atuou



como líder e símbolo aglutinador de uma "revolução cultural" que garantiu à esquerda o controle hegemônico das discussões públicas nas primeiras duas décadas do século XXI. Esse domínio atingiu tal grau que praticamente toda oposição ideológica desapareceu do cenário, restando, no máximo, críticas administrativas e legalistas que em nada se opunham à substância dos planos revolucionários até a ascensão do bolsonarismo, que tenta rearticular forças nacionais para resistir e enfrentar socialistas fabianos e petistas.

A agenda do PT jamais foi promover a prosperidade geral da nação e tornar o país mais produtivo e com postos de trabalho qualificados.

O PT trabalhou pela lumpemproletarização do brasileiro, acelerou a agenda de empobrecimento programado e endividamento para garantir sua permanência no poder.

Lula diz que a limpeza urbana não gera orgulho. Mas que orgulho pode ter de suas próprias ações? Como pode falar em orgulho o político que utilizou o dinheiro do pagador de impostos do Brasil para financiar obras na Venezuela, na Bolívia e na Colômbia?

A vergonha de Lula de seus próprios atos é tal que já se tornou parte da cultura brasileira categorizá-lo como mentiroso e até caçoar de seus devaneios.

Para um líder que institucionalizou o cinismo como método e a miséria como ferramenta de hegemonia, o conceito de orgulho perde qualquer sentido moral. O lulopetismo não fracassou ao não entregar o paraíso aos trabalhadores; ele obteve o mais estrondoso sucesso ao mantê-los reféns do empobrecimento.

No fim das contas, a elite revolucionária olha para o varredor de rua com desprezo porque não suporta a visão de um homem cuja dignidade reside no próprio suor. ■



A realidade do brasileiro estampada em duas sabatinas

Houve um tempo em que Lula ainda precisava disfarçar o seu jeito grosseiro para tentar vender suas promessas no palanque. Naquela época, a raiva parecia ser o seu único traço verdadeiro, o combustível de quem falava com o povo usando apenas a emoção. Hoje, livre dos processos e protegido pelas regras do próprio sistema, ele se transformou em uma cópia exagerada de si mesmo, um líder ultrapassado distribuindo promessas vagas sobre "amor", enquanto a inflação destrói o poder de compra do trabalhador brasileiro no dia a dia. O antigo operário deu lugar a uma figura distante, mantida pelo trabalho de especialistas em opinião pública, ONGs e jornalistas que vivem desesperados para defender seus próprios interesses.

Quando foi sabatinado no Jornal Nacional e perguntado sobre as suspeitas que cercam seu governo e seus amigos mais próximos, ele simplesmente não respondeu. Em vez de explicar os fatos como eles são, preferiu contar uma história inventada sobre a sua própria vida, esperando que o povo brasileiro continuasse caindo no truque da saudade do passado. Tudo isso não passa de uma tinta nova aplicada em madeira podre.

No dia seguinte, os mesmos jornalistas se esforçaram muito para tentar derrubar Flávio Bolsonaro, mas deram de cara com a realidade. A ban-



cada esperava encontrar um candidato acuado, preso nas historinhas da semana, mas encontrou alguém calmo, firme e com inteligência política. Flávio passou por cima da pressão dos entrevistadores, expondo a hipocrisia daquele que blinda ministros e banqueiros suspeitos, enquanto tenta destruir a oposição. O senador permaneceu de pé, no controle da situação, desmontando cada armadilha. Demonstrou a postura madura de quem sabe liderar sob pressão, provando que tem todo o preparo necessário para ser o líder sério de que o Brasil precisa.

O diagnóstico de tudo isso é claro: a ideia de tentar controlar a sociedade falhou completamente. O brasileiro da vida real, a pessoa de carne e osso que sente a mordida da inflação no supermercado e vê a riqueza do país ser entregue para burocratas estrangeiros, cansou desse drama. A conversa bonita de quem se acha dono da verdade, que diz que vai consertar o mundo por decreto enquanto destrói a economia real, bateu no muro do dia a dia da população. O Brasil não precisa de um político ultrapassado protegido pelos grandes banqueiros. O país precisa de quem coloque ordem na casa, pare com a gastança do dinheiro público e enfrente os burocratas que nos sufocam.

Flávio Bolsonaro provou naquela noite que não é apenas um herdeiro se defendendo, mas a pessoa certa para liderar uma nação. Ele é o nome capaz de fazer a limpeza de que as instituições precisam contra a ditadura das narrativas criadas pela imprensa. Lula afunda no próprio orgulho e no seu desejo de mandar em tudo, enquanto Flávio ganha força mostrando equilíbrio e capacidade para tirar o país do caos. Diante do fracasso do PT, a realidade cobra o seu preço, e o povo descobre que a verdadeira liberdade nasce da coragem de encarar o Sistema. ■



SEGURANÇA PÚBLICA, CRIME ORGANIZADO E AGENDA AMBIENTAL

A análise de agosto sobre segurança e infraestrutura expõe duas faces da mesma ausência do Estado. Onde o poder público recua, corroído pelo aparelhamento e pela impunidade, outra ordem ocupa o território, cobra tributo e arbitra conflitos, instalando uma guerra interna que não se declara e por isso não se combate. Essa condição de stasis desloca o problema do campo da segurança para o da soberania, porque quem não manda dentro das próprias fronteiras não negocia de igual para igual fora delas. O mesmo abandono reaparece na infraestrutura hídrica, em que secas e enchentes se repetem menos por anomalia climática e mais por falta de manutenção, planejamento e fiscalização. Em ambos os casos a omissão é rentável, já que o socorro emergencial rende palanque e a obra não feita nunca cobra explicação, deixando o custo para quem vive sob regras que não escreveu.

18/Agosto Eles causaram a guerra civil

20/Agosto Slogan não evita enchente nem resolve seca



Eles causaram a guerra civil

O escândalo do mensalão foi a demonstração pública do método que o Partido dos Trabalhadores utilizou para obter governabilidade e impor a sua agenda política. A compra de apoio no parlamento não visava apenas contornar os freios do jogo democrático — como romanticamente advogam alguns militantes do partido —, mas consistia na forma pela qual se concretizaria o projeto de poder de aparelhamento e instrumentalização das instituições.

Visando legalizar institucionalmente suas atividades e normalizar socialmente sua corrupção, o PT acabou criando um ambiente de impunidade e imunidade para criminosos, gerando um terreno fértil para o crescimento do crime organizado. As facções criminosas que se aproveitaram dessa impunidade, longe de se limitarem a alcançar apenas o lucro por meio do comércio ilícito de drogas nas ruas, passaram a articular impérios transnacionais com amplo domínio territorial. É impossível que organizações que instalam zonas de exclusão com tribunais próprios, monopolizam serviços e cobram taxas não adquiram, inevitavelmente, influência sobre a política.

É possível manter um arranjo institucional funcional diante de tal circunstância, em que, de um lado, políticos querem garantir a impunidade de sua corrupção e, de outro, o crime organizado usufrui de tal benesse?

A atual crise institucional do Brasil deve, portanto, ser diagnosticada como a consequência direta da tentativa contínua de legalizar e proteger as atividades que mantêm o PT no poder. Quando o estamento burocrático se mobiliza para normalizar a corrupção partidária, opera indiretamente em sintonia com os interesses do crime organizado, que hoje se encontra muito bem articulado. O resultado prático dessa convergência é a consolidação de



um paradigma de governo por meio da exceção, em que a suspensão e a instabilidade da lei se tornam ferramentas para legitimar e normalizar as atividades ilegais que sustentam tanto o partido como o crescimento das facções.

É precisamente essa sobreposição de poder e a normalização do estado de exceção que instalam no Brasil uma espécie de guerra civil, uma fratura social que os gregos chamariam de stasis — a fratura interna que destrói a unidade cívica, corrói a confiança entre os cidadãos e desestabiliza as instituições. Com o poder público atuando não para defender a soberania, mas para blindar as operações que mantêm o seu próprio domínio, a nação é dividida e colocada em um estado de tensão absoluta. O cidadão comum é despojado das suas garantias e submetido a tribunais do crime e a normas paralelas. A stasis revela-se como um mecanismo de desestabilização, no qual a sociedade civil é estilhaçada para que o consórcio entre a elite política e o narcotráfico mantenha a capacidade de ditar as regras da vida coletiva por meio da coerção e do medo.

Nesse ambiente de guerra civil, com o Estado abdicando da sua autoridade legítima, o crime organizado deixa de atuar apenas na marginalidade para tornar-se, em definitivo, uma unidade política concorrente, uma ameaça à soberania. Essa fratura gera uma guerra fratricida permanente, paralisando as instituições e instaurando a barbárie. O paradigma de exceção torna-se a regra, transformando o Brasil em uma “cidade dividida” — uma pólis em guerra civil —, em que não há proteção do cidadão nem projeto de vida comum.

O PT não pode trazer qualquer solução para a crise institucional do país, pois ele mesmo é parte dessa crise. ■



Slogan não evita enchente nem resolve seca

Existe uma bomba-relógio instalada no Brasil. Ela está enterrada na infraestrutura que ninguém vê — ou melhor, naquela que o eleitor só lembra quando o desastre bate à porta. De tempos em tempos, especialmente em período eleitoral, a questão hídrica volta ao centro do debate. Quando a água falta na torneira ou invade as casas, a política transforma a dor coletiva em voto. Mas a pergunta essencial é outra: por que continuamos reféns da má qualidade de algo tão básico?

A polarização divide a gestão hídrica em dois dogmas: a privatização que resolve tudo de forma mágica, de um lado; e a tese de que só o Estado protege o cidadão, do outro. Os fatos, porém, desmentem as duas cartilhas.

Olhemos a tragédia do Rio Grande do Sul. O sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre, operado pelo poder público, colapsou por falta de manutenção básica: das 24 estações de bombeamento, apenas três funcionavam plenamente, além de geradores sucateados e comportas quebradas. Anos de negligência de gestores de diferentes partidos mostraram que a tragédia, embora natural na origem, teve assinatura política.

Em São Paulo, a discussão vira jogo de empurra — como já ocorre na campanha eleitoral que acabou de começar —, mas a realidade exige análise técnica. A situação atual não repete simplesmente a seca de 2014. Há dez anos, a infraestrutura da Grande São Paulo dependia quase que exclusivamente do Cantareira. Hoje o sistema é mais interconectado, com novas obras de transposição e reservatórios. O desafio agora é outro: o impacto do El Niño, que altera padrões de chuva e seca de forma imprevisível, e a sequência de anos atípicos cobram um preço alto. O ponto central não é atacar a concessionária ou defender governos,



mas reconhecer que sistemas desse porte exigem investimentos contínuos, planejamento de longo prazo e regulação estatal rigorosa. Cada um fazendo o seu papel.

A verdade inconveniente é que a questão central não é o CNPJ do prestador, mas a capacidade do Estado de fiscalizar. Sem agências reguladoras autônomas e ativas, qualquer modelo desmorona. No campo privado, redes frágeis priorizam o retorno imediato sobre investimentos complexos. No campo estatal, o serviço vira refém do contingenciamento de verbas, do aparelhamento político e do desinteresse por obras "invisíveis", como tubulações sob a terra.

Isso fica ainda mais claro no semiárido nordestino, onde a escassez é rotina secular. Em regiões geridas por estatais, o racionamento sai no diário oficial com naturalidade, e a "emergência" da Operação Carro-Pipa já dura mais de uma década. A Transposição do São Francisco, obra pensada por Dom Pedro II, arrastou-se entre adutoras incompletas e falhas estruturais, ajustando cronogramas ao calendário eleitoral. A água só vira escândalo quando há culpado político útil; quando não há, vira paisagem.

A infraestrutura hídrica tornou-se a mercadoria eleitoral perfeita porque lida com uma experiência direta. Abrir a torneira e não ver sair uma gota torna-se indignação, vídeo no celular e voto. Enquanto o debate público continuar preso à guerra pelo voto, continuaremos remediando secas e enchentes com desculpas. O eleitor precisa deixar de comprar slogans e passar a exigir métricas concretas: quanto foi investido em prevenção, como andam as auditorias e se o órgão regulador defende de fato o cidadão. No final, pouco importa quem opera o sistema. O que importa é a água chegar; é conter a enchente. ■



SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

Em agosto mostramos como a soberania deixou de ser tema de discurso e virou risco de contrato. A volta da política de poder entre Estados Unidos e China alcança empresas brasileiras por via extraterritorial, transformando decisão comercial em exposição geopolítica, com sanções e perda de mercado no fim da linha. A diplomacia nacional segue operando em registro de conferência num mundo que voltou a negociar de Estado para Estado, enquanto a ausência de uma política para minerais críticos mantém o Brasil como vendedor de reserva bruta, sem processamento, financiamento nem comprador garantido. No plano regional, a submissão a um projeto supranacional ligado ao Foro de São Paulo, sustentado por transferências externas e por narcopoder, consolida a imagem de um país que aceita as regras escritas por outros.

03/Agosto	Colocando quem produz de joelhos
04/Agosto	O Brasil precisa negociar mercados, não apenas minas
08/Agosto	O risco de Lula IV que a Faria Lima finge não ver
10/Agosto	O recado de Neuquén para a Faria Lima
16/Agosto	Diplomacia para adultos

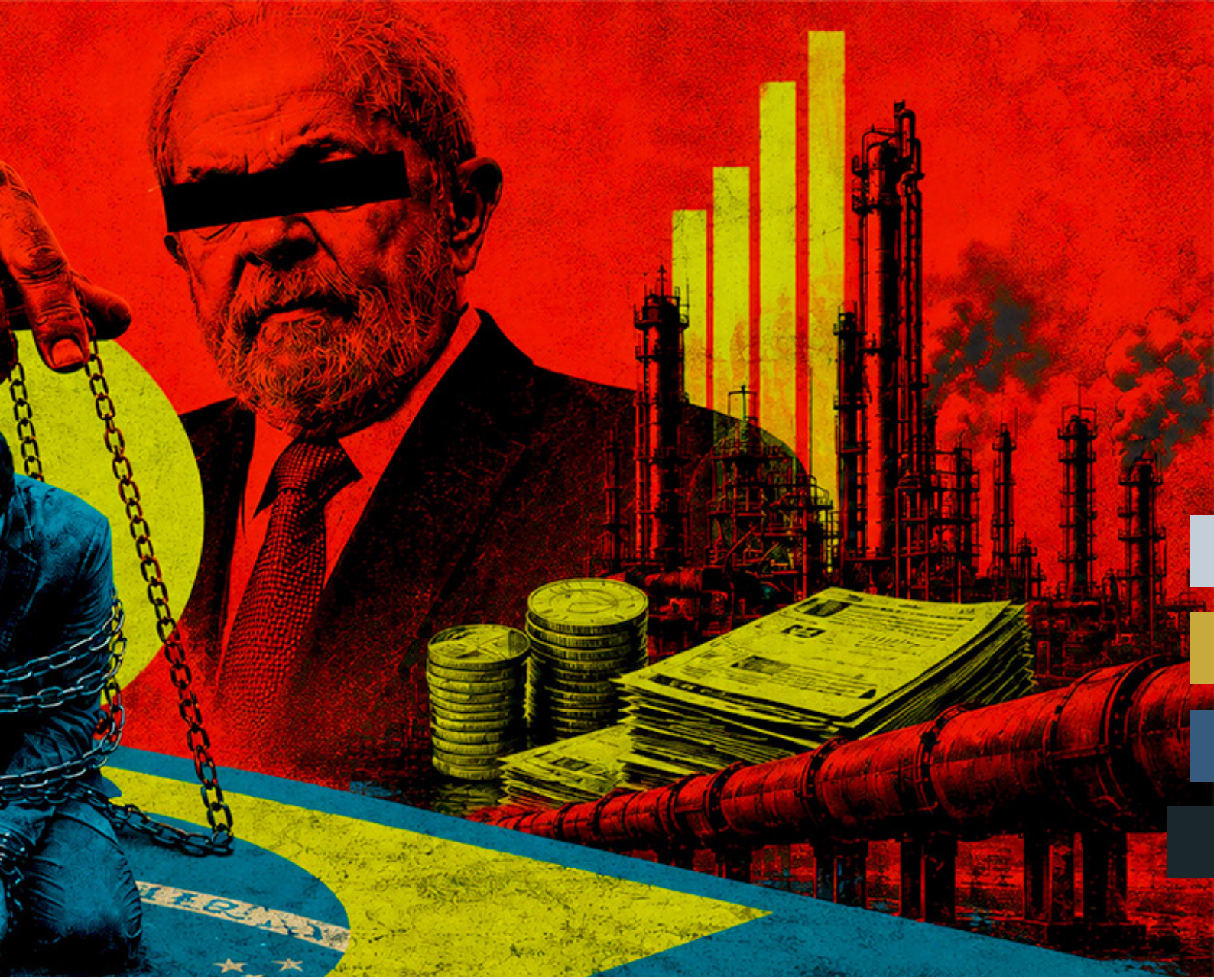


Colocando quem produz de joelhos

Para quem se diz entendedor de política nacional, saber que Lula é membro fundador do Foro de São Paulo e foi parabenizado pelas FARC e por membros prestigiados do Foro a cada vitória eleitoral do partido no Brasil é o mínimo que se espera. Sem compreender a relação de Lula com o Foro de São Paulo e o projeto de integração bolivariana da América Latina, sua agenda parece desconexa, sem sentido e fruto da incompetência de operários que chegaram ao poder. Mas por que Lula ergueria refinarias na Bolívia, reformaria metrôs, construiria siderúrgicas na Venezuela e financiaria um gasoduto no Peru, se não fosse em nome do projeto de integração bolivariana e do senso de unidade política entre os membros fundadores do Foro de São Paulo?

A análise consensual da política interna padece de uma infantilidade crônica ao tratar as massivas transferências de riqueza para autocracias vizinhas via BNDES como meros erros gerenciais ou corrupção fisiológica. Tais atos executam, de forma deliberada, uma agenda supranacional estruturada para reconfigurar o poder no continente. O projeto de integração bolivariana está documentado pelos próprios promotores, e analisar o cenário doméstico ignorando essa engrenagem transnacional condena o país a marchar às cegas diante do desmonte de sua soberania.

Sob fachadas democráticas, o Foro de São Paulo opera uma coordenação na qual partidos institucionais e organizações suprapartidárias armadas convergem em um mesmo plano político — como era visível na Venezuela, que mantinha a unidade de comando de Maduro por meio da instrumentalização de narcomilícias e exércitos irregulares. Essa simbiose consolida o paradigma do narcopoder, fundindo a governabilidade estatal à dinâmica operacional de cartéis e milícias transnacionais. Ao enfraquecer o controle de fronteiras e ceder infraestrutura sob o pretexto de cooperação regional, o território nacional é convertido em arrimo financeiro e logístico de um consórcio criminoso, esva-



ziando as prerrogativas do Estado-nação.

E, para garantir a manutenção desse modelo, é necessário o estrangulamento da autonomia econômica da nação, com todos os poderes produtivos feitos reféns do partido — necessitando de subsídios e favores dos governantes para competir e sobreviver —, e com as instituições políticas completamente aparelhadas. A asfixia da classe produtiva por meio de tributação gradativa sobre o consumo e a riqueza não representa ajustes por má gestão e muito menos desatinos de operários populistas que chegaram ao poder; é uma agenda, um projeto de poder petista.

A forma como as instituições brasileiras vigiam e punem a classe média e produtiva é parte da agenda, que agora se encaminha para acumular poder suficiente para instrumentalizar todos os empreendimentos em território nacional ou mesmo inviabilizá-los.

Com o sistema de split payment – quando o sistema bancário ou a instituição de pagamentos separa automaticamente o valor correspondente aos tributos e o envia diretamente ao governo –, multas, taxações e demais sanções serão cobradas instantaneamente, com garantias frágeis de que o produtor poderá reaver o dinheiro em caso de abuso, erro administrativo ou mesmo perseguição.

O PT colocou o Brasil nesse caminho e, quanto mais essa agenda avança, menor é a margem de manobra que o empresariado tem diante do poder do partido.

No fim das contas, o grande sonho de Lula não é um país próspero, onde ele goza de ampla popularidade, mas ter o poder de transformar toda a classe empresarial em seu ativo de política internacional. Lula não vai parar enquanto toda a economia nacional não estiver aos seus pés. ■



O Brasil precisa negociar mercados, não apenas minas

O Brasil quer vender minério, atrair investimento ou construir poder industrial? As três coisas cabem na mesma política, desde que o país saiba onde quer chegar. Hoje a ordem é invertida: anuncia-se a descoberta, comemora-se o interesse estrangeiro, assina-se um protocolo e só depois se pergunta o que ficará aqui além da extração.

Uma política para minerais críticos deveria escolher poucas cadeias nas quais o Brasil reúna reservas, energia, conhecimento técnico e demanda. Para cada uma, seria preciso montar o percurso inteiro: processamento, uso industrial, infraestrutura, financiamento e comprador. Mesmo uma boa jazida pode não sair do papel ou gerar um projeto que quebra depois.

A China já mostrou como isso funciona. Quando quer pressionar compradores, restringe exportações. Quando surge um concorrente, amplia a oferta, derruba o preço e compromete a rentabilidade do projeto. O Japão passou a defender um piso de preço no G7. Os Estados Unidos mobilizaram mais de US$ 30 bilhões, juntando capital público, investimento privado e acordos internacionais. A disputa envolve as condições que mantêm uma mina, uma refinaria ou uma fábrica aberta.

É aí que entram BNDES e Finep. O crédito de longo prazo pode apoiar projetos que tragam processamento, fornecedores, pesquisa e mão de obra qualificada. Financiar apenas a abertura da mina é subsidiar a etapa de menor valor. Também não adianta proibir toda exportação bruta por decreto. Para transformar aqui, é preciso garantir energia, escala, logística, financiamento e mercado.

Projetos bilionários não podem depender apenas do preço do dia. Contratos de longo prazo, compromissos antecipados de compra e mecanismos temporários contra quedas artificiais



dariam previsibilidade aos primeiros anos da operação. Quedas de preço provocadas por um fornecedor dominante já destruíram projetos concorrentes, mesmo quando havia reserva, tecnologia e demanda.

É com essas exigências na mesa que o Brasil deveria negociar. O parceiro pode ser americano, chinês, japonês, europeu, indiano ou australiano, mas o acordo precisa trazer mais do que a compra do minério: tecnologia, processamento local, financiamento, acesso a mercados e demanda garantida. A nacionalidade importa menos do que a estrutura produtiva deixada no país.

O caso da Índia mostra a diferença. O protocolo assinado com o Brasil pouco produziu. Na Austrália, os indianos ligaram minerais a defesa, segurança regional, energia nuclear e fornecimento de urânio. Montaram uma relação de longo prazo, com interesses concretos dos dois lados, em vez de uma agenda diplomática para fotografia e comunicado.

O maior gargalo continua dentro de casa. Um projeto estratégico não pode passar por licenciamento, energia, ferrovia, porto, regularização fundiária e decisões judiciais como se cada etapa pertencesse a um governo diferente. O licenciamento virou, em muitos casos, uma máquina de veto sem prazo: o projeto não é aprovado nem rejeitado, acumula exigências, passa de parecer em parecer e ninguém responde pelo custo de manter o país parado.

Em Brasília, mineração, indústria, energia, defesa, infraestrutura e diplomacia continuam em gavetas diferentes. Reservas e interessados já existem. Falta decidir quais cadeias o Brasil quer manter aqui e negociar a partir disso. Sem essa definição, o investidor escolhe onde processar, o banco determina o ritmo e o comprador acaba ditando o preço. Ao Brasil resta autorizar a extração. ■



O risco de Lula IV que a Faria Lima finge não ver

A Faria Lima ainda não entendeu. Ou entendeu e está se fazendo de desentendida.

Continua tratando um eventual quarto mandato de Lula como uma conta conhecida: gasto público, juros, câmbio e algum ruído institucional. Essa conta já seria ruim. Mas deixa de fora um risco que começou a entrar diretamente nos contratos das empresas brasileiras.

A disputa entre Estados Unidos e China não está mais restrita a tarifas e semicondutores. Entrou nas certificações, nas auditorias, nas licenças de exportação e nas regras de rastreamento de fornecedores. O Brasil vende para os dois lados, compra dos dois e depende dos dois. Vai atravessar essa fase com a relação americana desgastada e a dependência chinesa intacta.

Nesta semana, Pequim determinou uma análise rigorosa, caso a caso, das exportações para os Estados Unidos de drones, componentes essenciais e tecnologias de uso dual já submetidos a controle. Também suspendeu agências sediadas nos EUA de inspeções ligadas ao sistema chinês de certificação obrigatória e proibiu negócios com entidades americanas envolvidas em testes, certificação e rastreamento de cadeias produtivas.

Não é um bloqueio geral. É uma demonstração de poder: quem ajudar Washington a apertar a China pode pagar por isso no mercado chinês.

Washington aperta pelo outro lado. No fim de julho, incluiu outras 43 empresas chinesas na lista ligada à Lei de Prevenção do Trabalho Forçado Uigur, ampliando as exigências de rastreabilidade para importadores. A disputa agora alcança bancos, seguradoras, auditores, certificadoras e compradores. As duas potências querem saber não apenas o que uma empresa vende, mas de onde compra, com quem trabalha e quais regras aceita cumprir.

Para uma empresa brasileira, o efeito aparece no contrato. Um grupo pode exportar minério ou proteína para a China, comprar máquinas e componentes chineses e atender clientes nos Estados Unidos. A exigência que satisfaz o regulador americano pode ser vista por Pequim como colaboração com uma sanção. O procedimento aceito na China pode aumentar o risco regulatório nos EUA.

A consequência aparece antes de qualquer sanção formal. A licença demora, o seguro encarece, o banco pede mais garantias, o pagamento fica retido e o comprador troca de fornecedor para não carregar uma incerteza que não controla. O departamento jurídico pode até adaptar cláusulas, mas não pode substituir a diplomacia de um país.

É aqui que fica difícil acreditar que a Faria Lima simplesmente não percebeu tal cenário. Talvez tenha percebido e feito outra conta.



Os grandes grupos conseguem comprar proteção, contratar escritórios no exterior, deslocar operações e repassar parte do custo. A indústria média, o produtor, o exportador e o consumidor não têm a mesma proteção. Para quem consegue mandar a conta adiante, Lula IV pode mesmo parecer administrável.

Lula passou quase quatro anos azedando a relação com os Estados Unidos sem reduzir em nada a dependência brasileira da China. No primeiro semestre de 2026, as exportações brasileiras para o mercado americano caíram 13%. Ao mesmo tempo, a China continuou como principal parceiro comercial do país. O Brasil chegou a este ponto com menos espaço em Washington e a mesma necessidade de vender para Pequim.

Um quarto mandato começaria daí: Washington desconfiando do governo brasileiro, Pequim plenamente consciente da nossa dependência e empresas nacionais tentando cumprir regras que podem entrar em choque. A disputa não vai esperar o Brasil organizar sua política externa. Cada nova rodada de retaliação reduz nossa margem e encarece a operação nos dois mercados.

É por isso que a escolha de 2026 também será uma escolha de política externa.

Hoje, só Flávio Bolsonaro reúne condições políticas para recompor a relação com os americanos sem comprar uma ruptura inútil com a China. Ele já declarou que pretende conduzir a política externa com pragmatismo e conversar com os dois países conforme o interesse do Brasil.

Não se trata de escolher Washington e hostilizar Pequim. Trata-se de manter o mercado chinês aberto, recuperar espaço nos Estados Unidos e negociar com os dois a partir do que o Brasil tem a oferecer.

O Brasil tem alimentos, energia, minerais, mercado consumidor e relevância regional. Mas isso só se converte em força de negociação quando o governo mantém portas abertas nos dois lados. Lula fez o contrário: tensionou a relação com Washington e tratou a dependência de Pequim como se fosse soberania.

Esse é o risco que a Faria Lima prefere deixar fora da conta. Não por falta de informação, mas por conveniência. Parte do mercado acredita que conseguirá se proteger, repassar o prejuízo e seguir em frente. O país não tem esse privilégio.

Lula IV não significaria apenas mais gastos, mais juros e mais impostos. Também significaria entrar na maior disputa econômica do mundo com pouca interlocução em Washington, dependência de Pequim e empresas brasileiras pagando pela política externa do próprio governo. ■



O recado de Neuquén para a Faria Lima

Uma cooperativa elétrica de Neuquén negociava com a Huawei a expansão de sua rede quando a briga entre Estados Unidos e China bateu à porta. Segundo a CALF, um funcionário da embaixada americana perguntou em julho se havia como cancelar o projeto, citando a política de restringir vistos de diretores ligados à Huawei. O aviso veio numa conversa, sem tarifa nem sanção formal, e ainda assim mudou o cálculo de risco de uma decisão que até ali era apenas empresarial.

A CALF levou a queixa ao governo argentino, alegando pressão fora dos canais oficiais e ameaça de retaliação a seus executivos. Washington nega ingerência, e o embaixador em Buenos Aires respondeu que todo país protege a própria casa e que visto é assunto de segurança nacional. A embaixada chinesa entrou na briga acusando os americanos de atrapalhar de propósito a cooperação entre as duas empresas.

O endereço explica o incômodo. Neuquén fica sobre Vaca Muerta, coração do boom de gás e petróleo argentino, e abriga desde 2014 uma estação espacial operada pelo governo chinês, que Washington acusa de servir também à vigilância. Quando uma empresa dali decide comprar equipamento da Huawei, a escolha passa a interessar a diplomatas e serviços de inteligência que nunca pisaram na província.

Milei administra esse aperto com pragmatismo. Recebeu do governo Trump uma linha de crédito de US$ 20 bilhões no ano passado, e em outubro o secretário do Tesouro americano disse que o presidente argentino es-



tava comprometido em tirar a China do país. Na mesma semana da queixa, o governo argentino renovou por cinco anos o swap de US$ 19 bilhões que sustenta boa parte das reservas, e o chanceler prepara uma visita a Pequim antes de uma provável viagem de Milei.

O Brasil está ainda mais enredado que a Argentina. A chinesa State Grid controla uma fatia enorme da transmissão de energia nacional, e a Huawei está dentro das redes de todas as grandes operadoras. No porto de Paranaguá, o terminal de contêineres é operado por um grupo estatal chinês. Essas mesmas companhias captam em Nova York e giram dólar por bancos americanos. A tecnologia que usam depende, em boa parte, de licença dos Estados Unidos. Se a régua aplicada em Neuquén virar padrão, sobra pouca empresa grande no país sem um flanco exposto.

A Faria Lima ainda trata tudo isso como assunto de chancelaria. O mercado precifica juro e câmbio com duas casas decimais, mas não tem modelo para estimar quanto custa um fornecedor que virou problema diplomático. Esse custo não chega identificado. O negócio apenas encarece, atrasa ou deixa de acontecer, e a empresa raramente consegue provar onde terminou a decisão comercial e começou a pressão política.

Nos últimos anos, Lula gastou capital político comprando briga com Washington e não ganhou margem alguma com a China. O resultado tem sido menos portas abertas nos Estados Unidos, a dependência de sempre diante de Pequim e uma conta que tende a chegar primeiro no caixa das empresas. O desgaste é fabricado em Brasília; quem fecha contratos recebe a fatura.

A rivalidade entre as duas potências não dá sinal de trégua, e um eventual quarto mandato de Lula começaria com as pontes para Washington ainda mais queimadas. Se nada mudar até lá, quem paga o pato são as empresas brasileiras, muitas das quais calculam o risco do próximo governo apenas pela curva de juros, como se o que aconteceu em Neuquén não merecesse uma linha na mesma planilha. ■



Diplomacia para adultos

Os EUA anunciaram mais uma tarifa sobre produtos brasileiros, dessa vez pela leniência do governo com empresas que utilizam trabalho forçado. Na carta, o governo disse que aqui a jornada que esgota o trabalhador é crime, que o alojamento indigno é crime, e que o Brasil tem uma lista oficial com o nome das empresas pegas explorando gente – a chamada "Lista Suja" de empregadores. Quem entra nela perde crédito em banco público e fica com o nome manchado.

Mas isso, claro, não é a história completa.

No fim de 2024, fiscais entraram numa obra em Camaçari, na Bahia. Ali, a BYD, empresa chinesa de carros construiu uma fábrica. Eles encontraram mais de duzentos trabalhadores chineses dormindo sem colchão, com um banheiro para cada trinta e uma pessoas e jornada de até setenta horas por semana, quase o dobro do que a lei permite. Muitos estavam com o documento tomado e o salário retido. A própria empresa depois pagou um acordo de milhões por causa disso.

Em abril deste ano, o nome da BYD entrou na "Lista Suja", consequência óbvia de quem utiliza trabalho análogo à escravidão. É pra isso que existe a lei. Mas a empresa recorreu e conseguiu sair em menos de três dias. A lista que o governo mostra ao mundo não aguentou a empresa chinesa nem um fim de semana.

Mas isso tudo não é o verdadeiro escândalo. A servidora que assinou a inclusão da BYD na Lista Negra dos empregadores o fez porque tinha o flagrante e o processo pronto. Mesmo assim, o ministro do Trabalho Luiz Marinho deu ordens para puni-la. O secretário que cuida da fiscalização se recusou a castigá-la. Resultado: foi esse secretário quem acabou demitido. Diferente do que se manda em cartinhas, no Brasil do PT, um chefe da fiscalização perde o cargo por defender quem cumpriu a lei.

Isso não é um caso isolado. O mesmo ministro já tinha segurado outras empresas fora da lista antes. E,



quando o assunto é a China, o governo parece ter um cuidado especial.

O Brasil é muito rico em níquel, usado para construir baterias de carros elétricos. Boa parte dele foi vendido para uma empresa do governo chinês, por cerca de 500 milhões de dólares. Havia outra proposta, ligada ao Ocidente, de quase 900 milhões. Não deu em nada. O governo assistiu tudo isso calado e permitiu que hoje a China controle mais da metade do níquel brasileiro.

De um lado, uma empresa chinesa flagrada com trabalho escravo que sai da lista em três dias, e quem defendeu a lei foi demitido. De outro lado, o metal precioso do país escorrega para o governo chinês por preço menor, e ninguém no governo levanta a mão. O raciocínio por trás disso tudo é o mesmo.

Existe uma expressão antiga: fazer as coisas "para inglês ver". Ela nasceu de uma lei de 1831 que proibia trazer escravos em navios, uma lei bonita, aprovada só para agradar a Inglaterra enquanto os navios continuavam chegando do mesmo jeito. Uma lei que existia no papel mas não tinha nenhum impacto na realidade.

Quase duzentos anos depois, o roteiro é o mesmo. Antes o Brasil fingia para a Inglaterra, agora se faz de correto para os Estados Unidos. Antes era uma lei para evitar trabalho escravo que ninguém cumpria. Agora… continua a mesma coisa.

Não dá para gritar lá fora que ninguém pode duvidar do Brasil e, aqui, demitir quem colocou uma empresa escravagista na lista. No fim, a carta que o governo manda fica, ela sim, para inglês ver — o governo finge que combate o crime, os correligionários fingem que acreditam e o resto dos brasileiros, dos enganados aos tarifados, continuam cada vez mais achacados pela situação que o governo, na sua ânsia de poder, inflige ao país. ■


OBSERVATÓRIO
Brasil Soberano